
COMPARABILIDADE DAS INFORMAÇÕES EM IFRS: UMA ANÁLISE CROSS-COUNTRY DE ATIVOS FLORESTAIS

Deyvison de Lima Oliveira ¹

Sílvio Hiroshi Nakao ²

Ilírio José Rech ³

RESUMO

A comparabilidade da informação financeira é uma das características qualitativas previstas nos padrões internacionais. Estudos têm sinalizado que essa característica pode estar ausente até entre entidades de um mesmo segmento ou com um mesmo tipo de ativo, em função das escolhas contábeis permitidas pelas normas de contabilidade. Assim, a presente pesquisa tem o objetivo de analisar a comparabilidade das escolhas contábeis entre semelhantes na evidenciação de ativos florestais. Os dados foram coletados manualmente das demonstrações financeiras e notas explicativas em dois períodos (48 relatórios), de três países da América Latina (Brasil, Argentina e Chile). A metodologia usada foi a análise de conteúdo para cada escolha contábil evidenciada nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados sinalizam reduzido grau de comparabilidade da informação financeira, especialmente, em função da ausência de informações sobre cada escolha ao longo do tempo. Verificou-se diversidade de opções adotadas pelas empresas para apresentação das florestas e dos ganhos/perdas divulgados nas demonstrações financeiras. As limitações na comparabilidade da informação financeira entre entidades que operam ativos idênticos sob IFRS, ancoradas na excessiva generalidade na norma, sugerem a necessidade de aprimoramentos no padrão IAS 41.

¹ Pós-doutor em Contabilidade (FEA-RP/USP), doutor em Administração (EA/PPGA/UFRGS), Instituição: Universidade Federal de Rondônia, Campus de Vilhena, ORCID e endereço: Av. 02, Rotary Clube, nº 3756, Setor 10, Jardim Social CEP: 76980-658 – Vilhena, RO, Brasil, telefone: 69 3316-4501 e e-mail: deyvilima@gmail.com.
<https://orcid.org/0000-0001-6984-6520>

² Doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo, Instituição: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP), ORCID e endereço: Av. Bandeirantes, 3900, CEP 14040-905, Ribeirão Preto, SP, Brasil, telefone: 16 981141138 e e-mail: shnakao@usp.br.
<https://orcid.org/0000-0003-3976-8407>

³ Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP), Instituição: Universidade Federal de Goiás (UFG), ORCID e endereço: Rua Samambaia, s/n - Chácara Califórnia, CEP 74001-970, Goiânia, GO, Brasil, telefone: 62 99285 2992 e e-mail: ilirio.jose@ufg.br.
<https://orcid.org/0000-0001-7027-737X>

Editor responsável pela aprovação do artigo: Dr. João Estevão Barbosa Neto

Editor responsável pela edição final do artigo: Dr. Ewerton Alex Avelar

Palavras-Chave: Escolhas. Divulgação. Relatório financeiro. Florestas. Comparabilidade.

COMPARABILITY OF IFRS INFORMATION: A CROSS-COUNTRY ANALYSIS OF FOREST ASSETS

ABSTRACT

The comparability of financial information is one of the qualitative characteristics provided for in international accounting standards. Studies have indicated that this characteristic may be absent even among entities of the same segment or with the same type of asset, due to the accounting choices allowed by accounting standards. Thus, the present research aims to analyze the comparability of accounting choices between similar ones in the disclosure of forest assets. Data were hand collected from the financial statements and notes in two periods (48 reports), from three Latin American countries (Brazil, Argentina and Chile). The method was content analysis for each accounting choice evidenced in the financial statements and explanatory notes. The results indicate a reduced degree of comparability of financial information, especially due to the lack of information about each choice over time. There was a diversity of options adopted by the companies to present the forests and the gains/losses disclosed in the financial statements. The limitations in the comparability of financial information between entities that operate identical assets under IFRS, anchored in the excessive generality of the standard, suggest the need for improvements in the IAS 41 standard.

Keywords: Accounting choices. Disclosure. Financial report. Forest. Comparability.

1 INTRODUÇÃO

A adoção da IAS 41 – *Agriculture* no início dos anos 2000 para a contabilização de ativos biológicos marcou a ruptura com as práticas contábeis aplicadas a esses ativos, representadas essencialmente pela utilização do custo histórico (Argilés et al., 2011; Rabassi et al., 2020). Amparada nas particularidades desses ativos – especialmente, na transformação biológica – a IAS 41 visa reconhecer a essência econômica ao determinar a mensuração a valor justo (Bohušová et al., 2012; Budrionyte & Gaizauskas, 2018).

Contudo, diversos desafios para operacionalizar os requisitos da norma surgiram nas entidades e se manifestaram na diversidade de procedimentos para apresentação de relatórios financeiros – o que sugere limitações na comparabilidade entre empresas (Ganassin et al., 2016; Monico et al., 2020; Salotti & Santos, 2015). Escolhas distintas entre entidades que atuam com ativos biológicos podem estar fundamentadas em diversas justificativas, dentre elas, a existência de ativos sem preço/referência de mercado, exigindo uso de premissas e *inputs* de gestores, com alto grau de discricionariedade (L. Y. (Colly) He et al., 2021; Machado et al., 2014). Contudo, as diferenças de escolhas contábeis entre entidades se distancia do objetivo dos padrões internacionais, que se propõem a

representar linguagem contábil única e simples dos negócios (comparável), além de reduzir custos de relatórios internacionais e de capital (IASB, 2018).

Outro fundamento para a diversidade de procedimentos está nas opções que as normas internacionais possibilitam, no intuito de captar a visão justa e verdadeira da entidade – já que os fenômenos em cada entidade devem ser representados fidedignamente (Argilés-Bosch et al., 2018; Budrionyte & Gaizauskas, 2018; Cavalheiro, Gimenes, & Binotto, 2019). Ativos biológicos idênticos podem originar fenômenos distintos em função de características operacionais, tipos e destinação dos ativos. Escolhas no contexto dos padrões internacionais podem ser exercidas com certo grau de subjetividade da gestão – como a definição de taxa de desconto, fluxo de caixa (avaliação de ativos em nível 3) e a classificação do ativo no balanço (L. Y. (Colly) He et al., 2021; J. da S. Oliveira et al., 2015; Stárová et al., 2016), comprometendo a comparabilidade da informação financeira.

Pesquisas têm demonstrado que, apesar do aumento no volume de informação após a aplicação da norma, o nível de *disclosure* mandatório para ativos biológicos ainda era parcial no início da adoção de IFRS e a informação divulgada era superficial (Barros et al., 2012; Figueira & Ribeiro, 2015; Theiss et al., 2014) – o que poderia comprometer a análise dos usuários e suas decisões (Carvalho et al., 2013; Scherch et al., 2013). Esses estudos, no período inicial de adoção da norma no contexto brasileiro, citam como explicação possível para o baixo nível de divulgação a fase de experiência das entidades com IFRS. Contudo, pesquisas realizadas nos anos seguintes à adoção buscaram verificar se houve melhorias significativas no nível de *disclosure* em diversos segmentos, constataram que as alterações são reduzidas e que persiste o baixo nível de *compliance* para o *disclosure* (Tortoli et al., 2018), sendo comum a prática de repetições de textos nas notas explicativas de ativos biológicos de um período para outro (Monico et al., 2020; Talaska & Oliveira, 2016).

Uma característica predominante nas pesquisas em contabilidade de ativos biológicos é a análise do *disclosure* de entidades que atuam em segmentos distintos na mesma amostra (e. g., Ganassin et al., 2016; Talaska & Oliveira, 2016). Essas entidades atuam com ativos biológicos diferentes, com fins de uso diferentes, em mercados peculiares (e. g., preço disponível *versus* ativo sem mercado; mercado internacional *versus* nacional) e níveis distintos de informação sobre os ativos mensurados mediante procedimentos diversos (Huffman, 2018; J. da S. Oliveira et al., 2015).

Entretanto, o exame de comparabilidade de informações contábeis de empresas que detêm um ativo biológico específico ainda não foi suficientemente explorado pela literatura. Com isso, pode ser possível verificar se o tratamento contábil em um segmento, cujo principal ativo domina a maioria das fases produtivas, permite que os diferentes pareçam diferentes e que os semelhantes pareçam semelhantes. Conforme IASB (2018), para que as informações sejam comparáveis, coisas similares devem parecer similares e coisas diferentes devem parecer diferentes. Ao observar ativos biológicos similares pressupõe escolhas similares por parte dos gestores.

Portanto, a pesquisa tem o objetivo de analisar a comparabilidade de escolhas de *disclosure* e apresentação de ativos florestais. Para alcançar o

objetivo analisou-se a comparabilidade da informação financeira entre 24 empresas que possuem saldos de ativos florestais no balanço patrimonial de três países da América Latina (Brasil, Argentina e Chile), no período de 2011 e no período de 2020. Nesta pesquisa, entende-se por escolhas de apresentação de ativos as relacionadas ao reconhecimento dos ativos ou elementos correlatos (e.g., ajuste a valor justo) diretamente nos relatórios contábeis. Escolhas de *disclosure* são as que constam em notas explicativas.

A escolha de entidades que atuam com florestas é justificada por três aspectos: i) representatividade econômica da indústria (papel/celulose, madeira) (IBA, 2019); ii) o alto grau de discricionariedade/subjetividade na mensuração, *disclosure* e apresentação de relatórios desses ativos biológicos (Machado et al., 2014; Pereira et al., 2020), dadas as suas particularidades, como o longo ciclo produtivo e a falta de mercado ativo para a mensuração da floresta em crescimento (Acuña et al., 2020; Ortiz & Oliveira, 2020); e iii) a ausência de consenso sobre os principais elementos da contabilização de florestas ao longo dos países, como os critérios de mensuração, procedimentos de divulgação e forma de apresentação nas demonstrações (Bohušová et al., 2012; Budrionyte & Gaizauskas, 2018; Giertlova et al., 2017; Herbohn & Herbohn, 2006; Stárová et al., 2016).

Este trabalho busca contribuir com a literatura por discutir a comparabilidade das informações contábeis dentro de um segmento específico, cujos ativos são similares, respeitadas as características dos ativos e estratégias de cada empresa. Em especial, contribui com a literatura específica de ativos biológicos, ao examinar a comparabilidade do *disclosure* e da apresentação de ativos florestais. Do ponto de vista dos usuários da informação contábil a pesquisa contribui por analisar as escolhas das empresas, quanto à evidenciação dos ativos biológicos, seja nos relatórios contábeis ou em notas explicativas. Tal análise pode ser útil no processo de tomada de decisões, tanto para os preparadores quanto para auditores ou analistas, por identificar aspectos de maior atenção nas demonstrações financeiras de empresas do setor. Para os normatizadores e organismos de fiscalização da contabilidade a presente pesquisa contribui por demonstrar a necessidade de aperfeiçoar o processo de reconhecimento e evidenciação de ativos cuja geração de fluxos de caixa carreguem semelhanças.

2 ESCOLHAS CONTÁBEIS, *DISCLOSURE* E RELATÓRIO FINANCEIRO

As subseções seguintes discutem as escolhas contábeis e a comparabilidade da informação (2.1), bem como especificam as escolhas da pesquisa, que são extraídas da literatura e dos padrões contábeis, nas dimensões de '*disclosure*' e 'relatórios financeiros' (2.2.1 e 2.2.2).

2.1 Escolhas contábeis e comparabilidade da informação

As escolhas contábeis têm sido estudadas em diversos contextos, como: adoção de métodos de mensuração de ativos (Cairns et al., 2011; Pinto et al., 2015); análise de requisitos para reconhecimento de intangíveis (Colla et al.,

2019); associação entre perfil de gestores e preparadores de demonstrações financeiras com as escolhas contábeis (Almeida & Lemes, 2019; Cavalheiro, Gimenes, & Binotto, 2019); e impactos das escolhas no resultado (L. Y. (Colly) He et al., 2021).

O conceito de escolhas contábeis também é amplo, abrangendo decisões dentro de uma mesma base de mensuração, estratégias de divulgação, contexto da informação (financeira, tributária) etc. De acordo com Fields *et al.* (2001, p. 256), "Uma escolha contábil é qualquer decisão cujo propósito primário é influenciar [...] o resultado do sistema contábil [...] demonstrações financeiras publicadas, [...] declarações de impostos e registros regulatórios".

Na contabilização de ativos biológicos, as escolhas estão no contexto dos métodos e técnicas de mensuração (valor justo ou custo), estendendo-se para o *disclosure* e os relatórios financeiros. Conforme a IAS 41, ativos biológicos devem ser mensurados a valor justo menos despesas de venda na data da mensuração (IASB, 2009). Contudo, há alternativas que poderiam representar escolhas dos gestores, como: i) as premissas da mensuração a valor justo divulgar; ii) sensibilidade da mensuração envolvendo fluxos de caixas futuros a valor presente; e iii) reconhecimento de ativos, receitas/despesas nos relatórios contábeis (D. de L. Oliveira & Oliveira, 2020b).

O maior número de escolhas (ou as mais subjetivas) ocorre nos segmentos com ativos sem mercado ativo, cuja estimativa de valor justo está no nível 3 da hierarquia (IFRS 13 – mensuração a valor justo, aplicada a partir do ano de 2013), que exigem técnica específica de avaliação – como é o caso de florestas e cana de açúcar em pé (Acuña et al., 2020; Cavalheiro, Gimenes, Binotto, et al., 2019). Nesses casos, as escolhas se concentram na definição de premissas da avaliação, com base em dados internos gerados por gestores, a exemplo do montante de fluxos futuros de caixa (receitas menos despesas) em cada um dos anos da vida útil do ativo, da taxa de desconto, do índice de crescimento do ativo, dentre outras (L. He, 2020; Lento et al., 2018; Pereira et al., 2020). A avaliação desses ativos está sujeita a conflitos entre os agentes partícipes (preparadores de demonstrações, avaliadores, auditores), sendo construída geralmente com base no consenso em torno de premissas para estimar o valor justo (Machado et al., 2014).

Para os casos de mensuração de ativos para produção ou os de longo prazo, estudos mostram que as divulgações auxiliam na compreensão da capacidade de geração de fluxos de caixa futuros dos ativos, principalmente quando mensurados por técnicas que utilizam dados não observáveis pelo mercado. Nestes casos, o *disclosure* tem o papel de complementar a informação reconhecida nos relatórios financeiros, dando-lhe maior relevância e confiabilidade (Gonçalves et al., 2017; Nogueira & Pires, 2017). Contudo, as pesquisas sobre *disclosure* de ativos biológicos indicam que o nível de divulgação das entidades é considerado superficial (Monico et al., 2020; Talaska & Oliveira, 2016) e as informações são insuficientes para se conhecer o processo de avaliação de ativos em nível 3 da hierarquia de valor justo (Pereira et al., 2020).

Tanto as escolhas em torno da mensuração no nível 3 quanto as escolhas sobre o *disclosure* de ativos biológicos trazem dificuldades para o usuário comparar a informação financeira de entidades nos segmentos (J. da S. Oliveira

et al., 2015; Stárová et al., 2016), seja porque as escolhas são distintas ou pela ausência de informações detalhadas sobre a mensuração e classificação de ativos (Talaska & Oliveira, 2016). As escolhas estão presentes também na apresentação dos ativos biológicos em relatórios financeiros, especialmente, em grupos e subgrupos do balanço (Budrionyte & Gaizauskas, 2018) e da demonstração de resultado (Figueira & Ribeiro, 2015), o que poderia afetar indicadores financeiros e comprometer, em algum nível, a comparabilidade das demonstrações.

2.2 Escolhas no disclosure e apresentação de ativos biológicos sem valor de mercado

Com base na revisão da literatura e das normas contábeis relacionadas aos ativos biológicos - plantas (IAS 41 – *Agriculture*, IFRS 13 – *Fair Value Measurement*, IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*), no presente estudo as escolhas são definidas e estruturadas em duas dimensões, a saber: i) *disclosure* de ativos florestais (2.2.1); ii) apresentação de relatórios financeiros para ativos florestais (2.2.2). Essas escolhas são apresentadas com o objetivo de suportar as análises dos elementos apresentados nas empresas da amostra da presente pesquisa.

2.2.1 Escolhas no disclosure de ativos florestais

1-a) Informações sobre avaliação do ativo (inputs do valor justo). Os ativos derivados da operação de florestas, principalmente oriundos de sistemas agroflorestais são mensurados, geralmente, com dados não observáveis por fluxos de caixa descontados a valor presente (Macedo et al., 2015). Dado o cenário de conflito entre os atores (preparadores de demonstrações, avaliadores e auditores) na avaliação de ativos biológicos, com base em dados não observáveis (nível 3), é necessário o consenso entre as partes envolvidas para levar a cabo o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e garantir confiabilidade e relevância da informação gerada (Machado et al., 2014). Para que haja confiabilidade no processo contábil por parte dos usuários externos, espera-se que as empresas divulguem as principais informações inerentes ao processo de avaliação, como taxa de desconto adotada, premissas dos fluxos futuros de caixa, fontes de preços, estimativas físicas do ativo avaliado (Cavalheiro, Gimenes, & Binotto, 2019; Pereira et al., 2020), dentre outras.

1-b) Conciliação do valor justo no início e final do período. A IAS 41 prevê a divulgação das rubricas e valores que afetam o valor justo inicial do ativo no decorrer do exercício (itens 51a-e), bem como o valor justo final do ativo (IASB, 2009). O detalhamento dessa conciliação possibilita aos usuários da informação financeira conhecer as principais movimentações no valor de ativos biológicos (compras, vendas, colheita/corte, ganhos/perdas, combinação etc.). Estudos sobre a divulgação (ou não) das informações de conciliação em notas explicativas apresentam resultados mistos para as empresas do agronegócio (R. L. M. Silva et al., 2013; Theiss et al., 2014).

1-c) Sensibilidade do valor justo a mudanças em dados não observáveis. A IFRS 13 (item 93(h)(i)) determina que as entidades divulguem a sensibilidade da avaliação de ativos a valor justo no nível 3, com base em mudanças nos *inputs* não observáveis (e. g., taxa de desconto, fluxos de caixa). Portanto, interessa ao usuário da informação conhecer o impacto da variação da taxa sobre o valor justo de ativos biológicos e a influência do ajuste a valor justo no resultado, dada a sensibilidade do fluxo de caixa descontado à taxa (Machado et al., 2014).

1-d) Tipo de ativo biológico. Quanto aos tipos de ativos previstos no item 44 da IAS 41, é prática reiterada das empresas brasileiras em diversos segmentos, conforme Macedo et al. (2015), a não separação dos ativos em consumíveis e de produção. Cerca de 16% das empresas apenas evidenciaram essa informação em 2013. Essa classificação está associada, geralmente, à destinação de uso do ativo definido pela gestão e às suas características intrínsecas (Huffman, 2018), sendo, portanto, informação relevante para o usuário externo compreender a atividade da entidade e prever os fluxos de caixa de acordo com seus interesses.

1-e) Segregação dos ativos por maturidade. A IAS 41 recomenda que os ativos sejam segregados em maduros e imaturos nos relatórios (notas). Essa recomendação é importante principalmente para ativos de longo ciclo, em que o usuário da informação pode acompanhar o estágio dos ativos da entidade. Ortiz e Oliveira (2020) apresentam uma proposta de contas para o segmento de florestas, em que essa segregação é realizada dentro do balanço patrimonial. Contudo, ressalta-se que estudos têm constatado que tal segregação é um dos itens menos divulgados nas notas explicativas das entidades (Figueira & Ribeiro, 2015; R. L. M. Silva et al., 2013).

1-f) Segregação dos ativos por espécie. A IAS 41 (item 41) prevê a descrição de cada grupo de ativos biológicos em notas explicativas (D. de L. Oliveira & Oliveira, 2020b). As informações contábeis por espécies podem contribuir com a análise de investimentos e de viabilidade de projetos pelos usuários externos, úteis para suas projeções de fluxos caixa. Em pesquisa na América Latina, Ganassin et al. (2016) constataram que existem empresas na Argentina e no Brasil que não divulgam de maneira apropriada nem as espécies de seus ativos tampouco suas bases de mensuração.

2.2.2 Escolhas no relatório financeiro: apresentação e classificação

2-a) Classificação do ativo biológico (Balanço). A necessidade de separação dos ativos biológicos no balanço patrimonial, em circulante e não circulante, é definida em função da diferença na duração ou natureza dos benefícios econômicos dos ativos (Scott, Zinkeviciene et al., 2019). Há situações em que, mesmo adotando normas internacionais para determinados tipos de empresas, existem padrões nacionais com orientações específicas sobre a apresentação e classificação dos ativos. Este é o caso relatado na Romênia, em que a norma indica as contas para classificação de ativos biológicos (Raluca, 2014) e no Brasil, em que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exige demonstrações financeiras padronizadas (CVM, 2021). Destaca-se que os ativos biológicos de maturação de longo prazo podem ser classificados como ativo

circulante ou ativo não circulante, a depender da estratégia de produção, uso ou destinação dos ativos (D. de L. Oliveira & Oliveira, 2019; Ortiz & Oliveira, 2020).

2-b) Subclassificação do ativo biológico (subgrupo). Budrionyte e Gaizauskas (2018) identificaram que as florestas em pé são classificadas como estoques (68,9%) ou como ativos imobilizados (29,31%). Para esses autores a classificação mais indicada é como ativos imobilizados, tendo em vista que as florestas possuem um longo período de desenvolvimento até o corte (mais de 10 anos), não são ativos que apresentam liquidez como aqueles de curto prazo e geram receita somente no momento do corte. Esse tratamento pode ser justificado para os casos em que as florestas geram coprodutos, como é o caso de goma-resina, árvores por desbastes e árvore cortada. Ortiz e Oliveira (2020) destacam que, no que se refere aos custos de implantação na floresta de pinus (e. g., preparo do solo, destoca, limpeza, plantio) esses custos beneficiarão a produção de múltiplos produtos da floresta em vários períodos no futuro, com receitas relevantes, o que justificaria seu reconhecimento de acordo com a IAS 16. No entanto, na discussão das *Bearer biological assets*, em 2014, o IASB considerou que o principal produto de ativos florestais era a madeira cortada, e, com isso, definiu que tais ativos continuassem sendo contabilizados com base na IAS 41 – *Agriculture*. Esse foi o tratamento encontrado por Tang et al. (2013) e por Xie et al. (2019) na análise de empresas chinesas. Os autores verificaram que as florestas foram classificadas como ativos biológicos consumíveis, no subgrupo de estoques e mensuradas a valor justo.

2-c) Classificação do produto agrícola (Balanço). Segundo Grege-Staltmane (2010), o produto agrícola (árvore cortada) deve ser reconhecido em ativo circulante. Contudo, constata-se na literatura a diversidade de procedimentos para classificação dos ativos semelhantes em subgrupos distintos pelas empresas (Ducati et al., 2019; Tang et al., 2013). Ressalta-se também a prática de empresas agroindustriais verticalizadas (produzem o ativo biológico e o processam) de não reconhecer/mensurar o produto agrícola no momento da colheita, já que inserem o produto colhido diretamente no processo produtivo, sem evidenciar os ganhos ou perdas neste estágio do processo produtivo (D. de L. Oliveira et al., 2020), como preveem os itens 13 e 29 da IAS 41 (IASB, 2009).

2-d) Apresentação de ganhos/perdas a valor justo na Demonstração do Resultado do Exercício. Nos primeiros anos da adoção da IAS 41 no Brasil (2010-2012), a maioria das empresas com ativos biológicos não evidenciava a conta em que registrava os ganhos/perdas a valor justo. Aquelas que o faziam usavam contas como: variação do valor justo de ativos biológicos, ajuste líquido do valor justo de ativos biológicos, entre outras contas. Algumas dessas empresas evidenciavam a variação dentro do grupo “Receita operacional” ou de “Custo do Produto Vendido” (Figueira & Ribeiro, 2015; Salotti & Santos, 2015).

Embora à luz da Estrutura Conceitual o ajuste a valor justo tenha natureza de receita/despesa, ele não representa receita de contrato com clientes (e. g., receita de vendas, serviços) nos termos da IFRS 15, já que não há transações com terceiros com transferência de riscos e benefícios do ativo. Igualmente, as perdas por ajuste a valor justo parecem não estar relacionadas ao custo de vendas do período, já que os ativos permanecem na entidade. Há relatos de empresas que classificam o ajuste em “outras receitas/despesas operacionais” (Salotti & Santos,

2015). No entanto, por se tratar de um item relevante para a compreensão do desempenho da entidade, para a IAS 1 o procedimento mais recomendado seria a classificação em linha separada na Demonstração de Resultado do Exercício.

3 MÉTODO

3.1 Procedimento de pesquisa

No intuito de identificar e comparar escolhas contábeis de entidades com ativos biológicos semelhantes, a pesquisa é realizada com empresas listadas que atuam com florestas. A premissa é que as diferenças entre os segmentos poderiam interferir nos fenômenos contábeis analisados, prejudicando comparações de escolhas contábeis entre entidades (Lourenço et al., 2018). Assim, considera-se como pressuposto que a comparabilidade das escolhas de políticas de *disclosure* e relatório financeiro pode ser melhor analisada com o uso de amostra de entidades com semelhanças (e. g., tipos de ativos, ramo de negócio), a exemplo de empresas em um segmento de ativos biológicos (Maruli & Farahmita, 2011).

Embora os segmentos de papel e celulose e madeira tenham semelhanças, são notórias as diferenças de modelos de negócios, tendo em vista que o primeiro segmento poderia se concentrar no fornecimento de madeira processada e o segundo segmento, no fornecimento de móveis, madeira bruta, fósforos, brinquedos etc., como se constata da amostra. Contudo, a definição da amostra está centrada no tratamento contábil do ativo biológico 'florestas' e seus produtos.

Adicionalmente, entende-se que o modelo de negócio das empresas poderia interferir nas escolhas contábeis, contudo, as florestas atendem ao conceito de ativo biológico trazido pela IAS 41. Neste caso, os requisitos de reconhecimento, mensuração e divulgação previstos no padrão contábil independem do modelo de negócio. Isso pode ser constatado pela leitura das notas explicativas das entidades, em que as escolhas contábeis são justificadas por motivos outros que não o modelo. Os resultados também sinalizam que o tratamento contábil das florestas tem semelhanças ao longo dos segmentos de negócio (e. g. mensuração a valor justo por fluxo de caixa descontado). Os autores defendem que aprimoramentos poderiam ser realizados no padrão contábil, quanto ao reconhecimento, à mensuração e à divulgação de ativos biológicos, a fim de reconhecerem particularidades do modelo de negócio das entidades (produção verticalizada versus florestas para venda de madeira) nas escolhas contábeis, como já sinaliza a literatura (Pereira et al., 2020).

Nesta pesquisa adota-se uma abordagem de dados de arquivo, em que as demonstrações contábeis e notas explicativas são analisadas em cada período. Consideram-se os relatórios contábeis de dois períodos extremos entre 2011 e 2020, com vistas à análise da consistência nas escolhas dentro das entidades ao longo do tempo. Esses relatórios captam as escolhas contábeis de gestores, sejam aquelas previstas no padrão contábil ou aquelas que carecem de conformidade.

Estudos sobre escolhas contábeis têm adotado dados de arquivo para compreensão das decisões em torno de políticas das entidades quanto à contabilização de ativos (Botinha & Lemes, 2017; Hadiyanto et al., 2018). Os autores buscaram por eventuais efeitos da mudança na IAS 41, no que se refere à mensuração de *bearer plants* (IASB, 2013), sobre as escolhas analisadas. A partir de 2016, essas plantas passaram para o escopo da IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*. Foi possível constatar que a mudança na base de mensuração de *bearer plants* (do valor justo para o custo) não afetou quaisquer das escolhas em análise, tendo em vista que as empresas da amostra não apresentam florestas classificadas como *bearer plants* ao longo de 2011 a 2020. Adicionalmente, observou-se que as escolhas em tela não variam de um ano para o outro, o que justifica o recorte de dois períodos extremos para a análise (2011 e 2020).

A perspectiva *cross-country* possibilita analisar empiricamente a consecução dos propósitos dos padrões contábeis do IASB, principalmente, no que se refere a “contribuir com a transparência mediante a melhoria da comparabilidade internacional da informação financeira” (IASB, 2018).

3.2 Amostra, coleta e análise

Os países da América Latina (Brasil, Argentina e Chile) foram escolhidos por se concentrarem em regiões com vocação para atividades agroflorestais, já consideradas em estudos anteriores (e. g., Ganassin et al., 2016), e adotarem IFRS no período de análise. Isso permite, em tese, a comparabilidade de escolhas. Além disso, esses países possuem as maiores áreas de reflorestamentos da região, com base no relatório da FAO – *Food and Agriculture Organization* (FAO, 2021). Juntos, os três países têm mais de 15 milhões de hectares de florestas plantadas. Além disso, esses países possuem número significativo de empresas listadas com informações contábeis divulgadas no período analisado.

A definição da amostra e da coleta de dados foi precedida dos seguintes procedimentos: i) identificação das empresas listadas, com saldo em ativos biológicos no balanço entre 2011-2020, nos três países; ii) localização das demonstrações contábeis e notas explicativas de cada entidade; iii) acesso aos relatórios de cada empresa por ano. Os procedimentos ocorreram de forma distinta nos três países, considerando o nível de informação disponível nas bolsas ou nos sites corporativos.

Para a identificação de empresas listadas no Chile, partiu-se da lista das 500 maiores empresas do país, disponível em 2019 (Economia, 2019) – tendo em vista a impossibilidade de acessar lista de entidades por segmento no sítio da bolsa chilena (Bolsa de Santiago, 2021). Em seguida foram identificadas sete empresas listadas com operações no setor 'Celulosa/Papel'.

Quanto às empresas listadas na Argentina, a análise das operações das entidades da bolsa foi realizada individualmente para cada empresa (Investing.com, 2021), com vistas a identificar aquelas que atuam com florestas, em função da indisponibilidade de dados por segmento na bolsa de valores de Buenos Aires. Dessa análise, resultaram três empresas que atendem os requisitos da amostra (e. g., atuação com florestas). Estas empresas mantêm florestas, como ativos biológicos previstos na IAS 41, e utilizam-nos para o processo

produtivo de diversos produtos, dentre eles: papel e polpa de celulose, envoltórios para alimentos e medicamentos e papel de impressão e escrita, mesa/tabuleiros e móveis, energia/combustível e transporte.

Para as empresas brasileiras, a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) disponibiliza informações por segmento. Isso permitiu identificar seis entidades do segmento de papel e celulose e duas entidades do segmento de madeira. Dentre as seis empresas do segmento de papel e celulose, uma empresa foi excluída porque era controlada de outra entidade do segmento, permanecendo na amostra a empresa controladora. Além disso, considerando a possibilidade de ativos biológicos diversificados nas entidades, procedeu-se à análise das demonstrações de outras empresas classificadas no setor não cíclico da bolsa em busca de entidades que possuem saldos de florestas no balanço. Deste procedimento, resultaram mais nove empresas na amostra.

A amostra foi refinada com a consulta às demonstrações contábeis, em que permaneceram somente as empresas que possuíam saldo de florestas no balanço em pelo menos dois anos no período de 2011-2020. Dessa forma, a amostra é composta por 24 empresas (16 listadas no Brasil, cinco no Chile e três na Argentina).

Na amostra 15 entidades atuam, especificamente, com papel/celulose e madeira, em atividades diversificadas como: produção de painéis, papel e outros derivados da madeira, laminados, venda de madeira bruta, produção de fósforos, dentre outros. Nessas entidades predomina a produção verticalizada (integração entre florestas e agroindústria na mesma entidade), sendo a venda de madeira bruta em algumas empresas uma atividade marginal. As principais espécies cultivadas são pinus e eucaliptos, e em menor escala o álamo (madeira leve para produção de brinquedos, fósforos etc.). As nove empresas de outros segmentos operam em subsetores, como carnes e derivados, tecidos, vestuário e calçados, siderurgia, transporte hidroviário, bancos, máquinas e equipamentos de construção agrícola. A lista de empresas está disponível com os autores.

Para acesso às demonstrações contábeis e notas explicativas das entidades listadas dos anos de 2011 a 2020, recorreu-se aos *sites* corporativos das respectivas entidades (Chile e Argentina) ou diretamente à bolsa do país (Brasil). As escolhas contábeis sobre *disclosure* e apresentação de relatório financeiro são coletadas manualmente e são tratadas mediante análise de conteúdo (Bardin, 2016) das demonstrações e notas explicativas. As categorias de análise, definidas *a priori*, são as escolhas identificadas nos padrões contábeis e na literatura revisada da seção 2.2. Para descrição dos resultados, foram analisadas, especialmente, as notas explicativas que teriam informações de ativos biológicos e produtos agrícolas, a saber: 'Estoques', 'Realizável a Longo Prazo', 'Ativos Biológicos' e 'Imobilizado'. Analisou-se as escolhas contábeis em duas dimensão (e. g., *disclosure* e apresentação de relatório), como recomenda a literatura (Colla et al., 2019; D. M. da Silva et al., 2016), já que gestores poderiam fazer múltiplas escolhas para atender certo propósito (Fields et al., 2001).

A pesquisa se concentrou nas entidades que apresentavam saldos de florestas no balanço patrimonial, com vistas a analisar as escolhas de divulgação e apresentação desses ativos nas demonstrações contábeis. Partiu-se da premissa de que a IAS 41 se aplica a todas as empresas com ativos biológicos no

que se refere às escolhas analisadas nesta pesquisa, independentemente da atividade e do segmento – embora se reconheça a possibilidade de haver diferença nas ênfases de notas explicativas entre as empresas, a depender do modelo de negócio (e. g. destinação do ativo, tipo de ativo cultivado). Quanto à aplicação da *IFRS 13* – Mensuração do valor justo, ressalta-se que esse padrão foi publicado em 2012, sendo aplicado às demonstrações contábeis a partir de 2013 (segundo período da amostra).

Embora a análise da seção 4 tenha se concentrado sobre a amostra completa (24 empresas), os potenciais efeitos do tipo de segmento são analisados em separado (amostra do segmento florestal – 15 empresas; amostra de outros segmentos – 9). Esses resultados adicionais constam em tabelas nos apêndices. Sempre que houve diferença entre os segmentos, isso foi mencionado no item específico da seção 4.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das escolhas de *disclosure* e apresentação de relatórios financeiros é apresentada nas subseções 4.2 e 4.3, juntamente com o cotejamento dos resultados com a literatura revisada. A subseção 4.4 sintetiza os resultados sobre consistência e comparabilidade das escolhas. A subseção 4.1 reúne as principais características da amostra nos dois períodos em análise (2011 e 2020).

4.1 Dados demográficos da amostra

Compõem a amostra 24 empresas que possuem saldos de ativos florestais no balanço patrimonial, sendo 15 empresas classificadas especificamente nos segmentos de papel, celulose e madeira e outras nove empresas que operaram em outros segmentos. As 15 empresas nos segmentos de papel, celulose e madeira produzem espécies de pinus, eucalipto e algumas, o álamo – madeira leve, geralmente, utilizada na fabricação de brinquedos, fósforos etc. As demais (9) atuam também em subsetores variados, como: transporte hidroviário, bancos, carnes e derivados, tecidos, máquinas e equipamentos de construção agrícola, vestuário e calçados, siderurgia.

Foram analisados dois períodos para cada empresa (2011 e 2020), totalizando 48 demonstrações completas na amostra. Quando a entidade não possuía informações sobre florestas (saldos) no balanço ou passou a divulgar após 2011, foram analisadas demonstrações do ano imediatamente posterior a 2011 ou anterior a 2020, de forma que cada empresa tenha dois períodos completos na análise. Assim, a amostra se compõe de 24 empresas, sendo 16 listadas no Brasil, cinco no Chile e três na Argentina.

A relevância das entidades consideradas na amostra e a materialidade dos ativos florestais analisados na pesquisa podem ser observadas a partir de dados sobre o ativo das entidades e a representatividade das florestas nesse ativo. O ativo total das 24 empresas soma cerca de 655,4 bilhões de reais no primeiro exercício analisado (812,3 bilhões no segundo exercício). As florestas no

balanço totalizam mais de 33,8 bilhões de reais no exercício 1 (cerca de 82,3 bi no exercício 2).

Considerando somente as 15 empresas que atuam apenas no segmento florestal, o ativo total do primeiro exercício é de 147,5 bilhões de reais (contra 468,3 bilhões no segundo exercício). Os ativos de florestas dessas 15 empresas totalizam cerca de 29,1 bilhões no exercício 1 e aproximadamente 76 bilhões no segundo exercício – crescimento de 161% no saldo de florestas em cerca de 10 anos. O crescimento das florestas também é constatado para a amostra completa (24 empresas) – de 33,8 bilhões de reais para 82,3 bilhões (143% no período).

A média de valor das florestas entre as 15 entidades do segmento florestal no primeiro exercício é de 1,94 bilhão de reais (contra 5,06 bilhões no exercício 2). A mediana do saldo de florestas entre as empresas alcança 615,02 milhões de reais no primeiro exercício e 417,017 milhões de reais no segundo. A redução da representatividade dos ativos florestais nos ativos totais deste segmento entre os dois períodos (de 19,74% para 16,22%) é explicada pelo aumento do ativo total das empresas (217%), superior ao crescimento no valor das florestas (161%).

4.2 Escolhas do disclosure de ativos biológicos

a) *Informações sobre a avaliação do ativo a valor justo.* A avaliação das florestas demanda *inputs* específicos a cada período de divulgação. Dentre as principais informações para determinação do valor das florestas em pé estão as apresentadas na Tabela 1.

A análise das demonstrações das empresas argentinas permite concluir que duas adotam o valor justo pelo fluxo de caixa descontado, nos dois períodos em análise. Uma das empresas argentinas não informa a base de mensuração dos ativos biológicos nesses períodos. Dentre as empresas que adotam valor justo somente uma empresa divulga *inputs* (Tabela 1) para avaliação das florestas.

Dentre as 11 empresas brasileiras que adotam valor justo em algum momento do ciclo das florestas no primeiro exercício (15 no segundo), cinco não informam premissas da mensuração (duas no segundo). Outras cinco empresas brasileiras adotaram custo para mensuração das florestas no primeiro período analisado (uma empresa no segundo período).

Para as empresas chilenas, constatou que quatro adotam valor justo por fluxo de caixa descontado e uma entidade mensura as florestas pelo custo. As quatro empresas que aplicam o valor justo informam ao menos uma das premissas de avaliação de florestas, nos dois períodos em análise.

Os resultados mostram aumento na divulgação de premissas, o que representa uma mudança em relação aos achados de Figueira e Ribeiro (2015) para os anos de 2010-2012, em que as empresas adotantes dos fluxos de caixa descontado reduziram a divulgação de premissas da mensuração para usuários externos, minorando a comparabilidade da informação. R. L. M. Silva et al. (2013) também constataram que muitas empresas adotam valor justo, mas não divulgam as premissas do método, prejudicando a comparabilidade das demonstrações e sua relevância para usuários.

Tabela 1*Inputs* divulgados para avaliação de florestas por país e por período ¹.

Inputs da avaliação	Período 1				Período 2			
	Brasil	Arg.	Chile	Total	Brasil	Arg.	Chile	Total
Taxa desconto	6 ³ de 11	1 de 2	2 de 4	9 de 17	12 de 15	1 de 2	3 de 4	16 de 21
Área plantada (ha)	5 de 11	1 de 2	4 de 4	10 de 17	11 de 15	1 de 2	4 de 4	16 de 21
Valor da madeira (\$/m ³)	4 de 11	0 de 2	0 de 4	4 de 17	8 de 15	0 de 2	0 de 4	8 de 21
IMA ²	4 de 11	0 de 2	0 de 4	4 de 17	5 de 15	0 de 2	0 de 4	5 de 21
Remuneração ativos ou terras	1 de 11	0 de 2	0 de 4	1 de 17	2 de 15	0 de 2	0 de 4	2 de 21

¹ Empresas que aplicam valor justo: 17 (1º período) e 21 (2º período). ² IMA – Incremento Médio Anual (m³/ha x ano). ³ N° de empresas que divulgam o *input* dentre as que adotam valor justo.

Fonte: Dados da pesquisa.

A leitura e análise das notas explicativas que tratam de *inputs* da avaliação permite constatar que, embora haja aumento nas divulgações, as informações apresentadas pelas entidades da amostra não são suficientes para a utilidade e relevância do valor justo para o usuário, como já constatado por Pereira *et al.* (2020). Para o usuário externo poder estimar os fluxos de caixa futuros da entidade demandaria de *inputs* não divulgados (e. g., volume de madeira na colheita, custos anuais estimados com as florestas, detalhamento da metodologia para definir taxa de desconto, etc.) – cuja divulgação poderia representar compartilhamento de informação estratégica (Machado *et al.*, 2014).

b) Conciliação do valor justo no início e final do período. A conciliação dos saldos iniciais e finais de ativos biológicos (florestas) compreende informações como valor de compras, ajuste a valor justo, valor da colheita (“exaustão”), aquisições de ativos por combinação de negócios, variação cambial em conversões, mudança de rubricas (e. g., ativo não circulante para ativo circulante), dentre outras. Esta conciliação é útil em ambos os métodos (custo e valor justo), pois permite ao usuário da informação compreender a movimentação dos ativos biológicos no período.

No primeiro exercício, 17 empresas divulgaram a conciliação do saldo inicial e final das florestas em notas explicativas. Outras empresas passaram a divulgar a conciliação no segundo exercício analisado, chegando a 20 empresas.

Dentre as três empresas argentinas, duas divulgam a conciliação em ambos os períodos. Dez das 16 entidades brasileiras que atuam com florestas apresentam a conciliação em notas explicativas no primeiro exercício e 14 empresas o fazem no segundo exercício. Uma empresa brasileira de outro segmento (refrigeração e carnes) também divulga a conciliação no primeiro período. Quatro das cinco empresas chilenas divulgam a conciliação de saldos das florestas em notas explicativas nos dois exercícios.

Essa conciliação é prevista no itens 51a-e da IAS 41 (IASB, 2009) e está entre as informações mais divulgadas pelas empresas da amostra. Nesse sentido, é possível constatar avanço na divulgação, em contraste com estudos anteriores que demonstram reduzida divulgação das informações sobre conciliação nos anos iniciais de adoção da IAS 41 no Brasil (2010-2012) (Ducati *et al.*, 2019; Theiss

et al., 2014). Contudo, os resultados estão em sintonia com aqueles de Figueira e Ribeiro (2015), ao constatarem que de 2010 a 2012 houve crescimento na divulgação da conciliação do valor justo de ativos biológicos, alcançando 87% das empresas brasileiras listadas em 2012.

c) *Sensibilidade do valor justo a mudanças em dados não observáveis.* A sensibilidade se refere ao impacto que a mudança em algumas variáveis poderia causar no valor justo do ativo (patrimônio) e/ou no ajuste a valor justo (resultado). Dentre as 17 entidades que adotam valor justo para mensuração de floresta em algum estágio da produção no primeiro exercício, somente duas empresas chilenas trazem informações sobre a sensibilidade de variáveis na mensuração do valor justo das florestas. Isso pode ser explicado pela ausência de padrão contábil específico para a mensuração a valor justo, tendo em vista que a IFRS 13 – Mensuração a valor justo foi publicada em 2012, com vigência a partir de 2013. Assim, as empresas que divulgaram no primeiro período o fizeram voluntariamente. No segundo período, duas entidades brasileiras e quatro chilenas informam sobre a sensibilidade da mensuração (Figura 1).

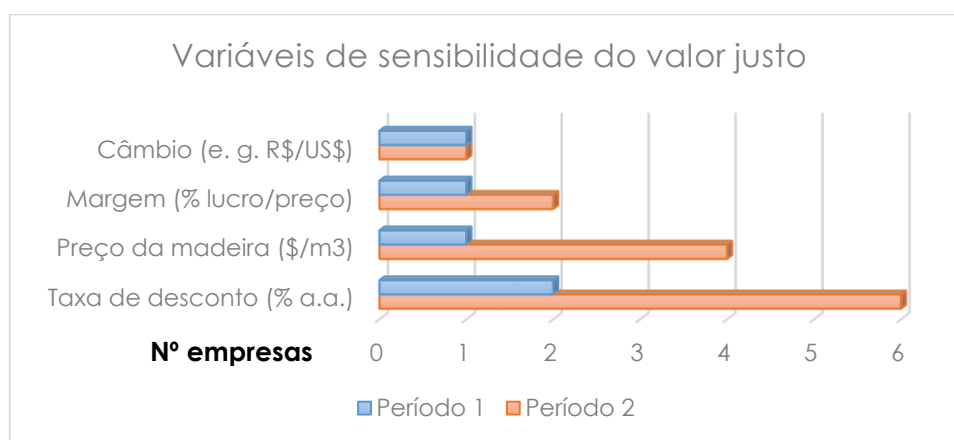


Figura 1 – Variáveis de sensibilidade da avaliação a valor justo.
Fonte: Dados da pesquisa.

Embora a *IFRS 13* (item 93(h)(i)) determine a divulgação da sensibilidade da avaliação de ativos a valor justo no nível 3, com base em mudanças nos *inputs* não observáveis (e.g., taxa de desconto, fluxos de caixa), a divulgação é ainda minoritária entre as empresas que atuam com florestas. A maior divulgação consta no segundo período (2020), contudo, somente 25% das empresas analisam sensibilidade em notas explicativas. Essa análise poderia contribuir com a confiabilidade da medida do valor justo para usuários externos, tendo em vista que é construída a partir de consenso entre agentes do processo de avaliação (Machado et al., 2014).

d) *Tipo de ativo biológico.* Em ambos os períodos não se identificou a classificação das florestas como ativos biológicos consumíveis ou para produção. A partir da descrição das atividades e destinação das florestas, baseado no conceito de ativos consumíveis e para produção (item 44 da IAS 41), é possível deduzir a classificação desses ativos, contudo, esta informação não consta explicitamente nos relatórios. As empresas da amostra, em geral, utilizam as

florestas para geração de matérias primas às agroindústrias, sejam verticalizadas ou de terceiros, sendo as árvores destinadas à venda de toras a serraria, à fabricação de painéis, de chapas, de brinquedos e fósforos, geração de energia em frigoríficos/metalurgias etc.

Embora tenham características de ativos biológicos consumíveis, as entidades que atuam com florestas não explicitam essa classificação em notas. Macedo *et al.* (2015) também constataram que as empresas brasileiras que operam ativos biológicos em geral não separam os ativos em consumíveis e de produção. A separação dos ativos poderia indicar aos usuários externos a intenção de uso do ativo e suas características (Huffman, 2018), o que representa informação relevante para compreensão da atividade. Ressalta-se que as classificações propostas Xie *et al.* (2019) – ativos biológicos florestais consumíveis, ativos biológicos florestais para produção e ativos biológicos florestais de bem-estar público – também não foram constatadas entre as empresas analisadas.

e) *Segregação dos ativos por maturidade.* Nos dois exercícios, somente três empresas, dentre as 24 analisadas, apresentam a segregação dos ativos (e. g., maduros, imaturos). Uma empresa argentina separa as florestas em notas explicativas nos seguintes grupos: ativos jovens, ativos em desenvolvimento e ativos maduros. Essa empresa apresenta os respectivos valores em cada grupo de forma comparativa, para os dois exercícios divulgados. Uma segunda empresa (brasileira) cita o valor das florestas destinadas a matérias-primas para produção de celulose e papel em sua fábrica. Explicita também o montante de árvores em formação e árvores maduras:

[...] O montante de R\$ 97.729 (R\$ 82.319 em 31 de dezembro de 2019) se refere a florestas plantadas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas plantadas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais. (Relatório da empresa Irani Papel e Embalagem S.A., 2020).

Essas informações da empresa citada constam nos dois períodos analisados (2011 e 2020). Uma terceira empresa (brasileira) é a única de segmento não florestal a informar no exercício de 2020 que possui 'madeira em pé madura', apresentando os *inputs* necessários à avaliação desse ativo. A ausência de divulgação dos grupos de ativos por maturidade, em notas explicativas, foi constatada também em estudos anteriores (Figueira & Ribeiro, 2015; R. L. M. Silva *et al.*, 2013). Na pesquisa também não foi observada a separação entre ativos biológicos maduros e imaturos no balanço, como proposto por Ortiz e Oliveira (2020).

Ressalta-se que, embora a maioria das empresas não separe explicitamente os ativos entre maduros e imaturos, sete entidades (três argentinas e quatro chilenas) reconhecem parte das florestas no ativo circulante – sob o argumento de que representam florestas a serem colhidas no exercício subsequente, o que está alinhado ao conceito de 'ativo circulante' da IAS 1 (D. de L. Oliveira & Oliveira, 2020a).

f) *Segregação dos ativos por espécie.* Embora informem as espécies de florestas, as empresas não divulgam explicitamente o valor por espécie comparativamente (e. g., dois exercícios). Uma exceção ocorre com empresa chilena (segmento papel e celulose), que informa em detalhes os valores das florestas para duas espécies com as quais atua, além de valores para os viveiros

e rubricas individuais para plantações agrícolas em notas explicativas, comparativamente em dois exercícios.

Para algumas empresas, é possível concluir que as florestas se referem à única espécie citada em outros pontos do relatório. Esse é o caso de oito empresas no primeiro exercício analisado, sendo que seis informam que seus ativos florestais representam florestas de eucalipto (cinco brasileiras e uma argentina), sem citar outras espécies, e duas empresas informam o cultivo de pinus (uma entidade brasileira e uma chilena). Por essas informações, é possível inferir (com alguma incerteza!) que as florestas no balanço patrimonial se referem integralmente a essas espécies.

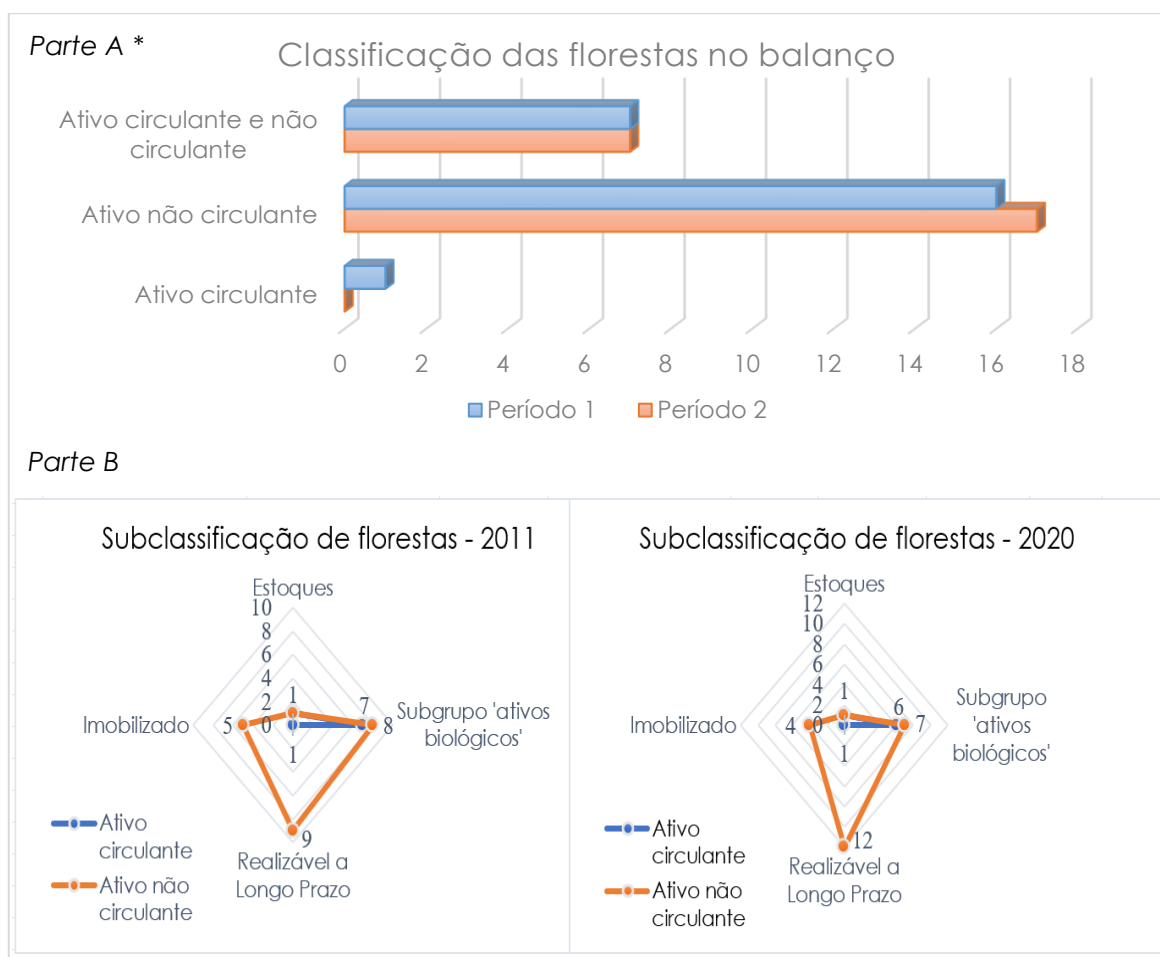
Ressalta-se que a IAS 41 (item 41) estabelece a descrição de cada grupo de ativos biológicos em notas explicativas (D. de L. Oliveira & Oliveira, 2020b). A separação do valor das florestas por espécie é requisito elementar para a compreensão da medida do valor justo e do processo de avaliação, já que cada espécie tem particularidades de manejo e de uso, especialmente, no que se refere aos prazos de geração de fluxos de caixa de cada cultura (e. g., ponto de corte e de desbaste, momento da geração de outros produtos agrícolas além da madeira). Esses elementos são incorporados na proposta de classificação de Ortiz e Oliveira (2020). Em linha com os resultados desta pesquisa, Ganassin *et al.* (2016) também constataram que existem empresas na Argentina e no Brasil que não divulgam de maneira apropriada as espécies de seus ativos.

4.3 Escolhas na apresentação de ativos biológicos

a) *Classificação e subclassificação de florestas no balanço.* A análise de relatórios dos dois exercícios possibilita constatar a diversidade de classificações e subclassificações das florestas no balanço patrimonial (Figura 2A). Mesmo em atividades operacionais semelhantes, as empresas apresentam tratamentos diferenciados das florestas, classificando-as como ativo não circulante, como ativo circulante e não circulante ou, até mesmo, somente como ativo circulante. A maioria das empresas nos dois períodos apresenta as florestas no não circulante e algumas empresas apresentam uma parcela no circulante e outra no não circulante.

De acordo com a narrativa das empresas, o montante de florestas reconhecido no ativo circulante representa o valor das florestas que serão colhidas no curso do exercício subsequente, respeitando a destinação do ativo (D. de L. Oliveira & Oliveira, 2019). Ressalta-se que essa política atende ao conceito da IAS 1, que define ativo circulante como o que "... espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade". Essa prática (separação circulante/não circulante) é realizada pelas três empresas argentinas e por quatro das cinco empresas chilenas – apresentando as florestas no subgrupo 'ativos biológicos', após 'estoques' no balanço. As 16 empresas brasileiras (inclusive aquelas fora do segmento florestal) classificam todo o saldo das florestas no ativo não circulante em ambos os exercícios (com exceção de uma empresa no exercício 1, que reconhece as florestas somente no circulante – Fig. 2A).

Embora a apresentação dos ativos biológicos no balanço dependa do tempo ou natureza dos benefícios econômicos dos ativos (Zinkeviciene et al., 2019), a forma de apresentação poderia estar sendo influenciada por normas e requisitos nacionais, a exemplo das empresas brasileiras listadas, que publicam demonstrações padronizadas exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que prevê 'ativos biológicos' classificados no ativo não circulante e no ativo circulante (embora as empresas brasileiras classifiquem florestas somente no não circulante!). Fato semelhante foi constatado em estudo com empresas da Romênia, em que existiam padrões nacionais com orientações específicas sobre a apresentação dos ativos, mesmo diante de normas internacionais (Raluca, 2014).



Nota: * Uma empresa classificou florestas somente no ativo circulante (2011).

Figura 2 – Classificação e subclassificação das florestas no balanço (número de empresas).
Fonte: Dados da pesquisa.

Predominantemente, as empresas que classificam as florestas no ativo não circulante as inserem no realizável a longo prazo (9), no subgrupo intitulado 'Ativos biológicos' (8) ou em imobilizado (5) no primeiro exercício (Figura 2B). Ressalta-se que entre as empresas de outros segmentos com saldos de florestas não se constata a classificação no subgrupo 'Ativos biológicos', mas somente como imobilizado ou realizável a longo prazo. O Pronunciamento técnico, CPC 26 (CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2011), prevê quatro

subgrupos para o ativo não circulante: direitos de longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. Contudo, constata-se em algumas empresas da amostra a divulgação de “ativos biológicos” de longo prazo fora desses quatro subgrupos, como um subgrupo específico, atendendo a lógica de relevância da informação para a decisão dos usuários. A Tabela 2 resume os critérios de classificação e subclassificação das florestas por país.

Tabela 2

Classificação e subclassificação das florestas por país.

Parte A

Classificação das florestas	Argentina (P1 e P2)	Brasil (P1 e P2)	Chile (P1 e P2)
Ativo circulante (somente)	0 e 0	1 e 0	0 e 0
Ativo não circulante	0 e 0	15 e 16	1 e 1
Ativo circulante e não circulante	3 e 3	0 e 0	4 e 4
Subtotal	3	16	5

Parte B

Subclassificação das florestas	Argentina (P1 e P2)	Brasil (P1 e P2)	Chile (P1 e P2)
<i>Ativo circulante</i>	3 e 3	1 e 0	5 e 5
Estoque	1 e 1	0 e 0	0 e 0
Subgrupo 'ativos biológicos'	2 e 2	1 e 0	5 e 5
<i>Ativo não circulante</i>	3 e 3	15 e 16	5 e 5
Estoque	1 e 1	0 e 0	0 e 0
Subgrupo 'ativos biológicos'	2 e 2	1 e 0	5 e 5
Realizável a longo prazo	0 e 0	9 e 12	0 e 0
Imobilizado	0 e 0	5 e 4	0 e 0
Subtotal	3	16	5

Fonte: Dados da pesquisa. * P1 e P2: Número de empresas no primeiro e segundo períodos da análise.

Observa-se que, em dez anos de aplicação da IAS 41, aumentou a classificação das florestas no realizável a longo prazo, principalmente, por parte das empresas brasileiras: uma empresa deixou de classificar em subgrupo específico no primeiro exercício e inseriu as florestas no realizável a longo prazo; outra empresa passou a classificar florestas no realizável em vez de no imobilizado; e uma terceira empresa, que classificava em subgrupo específico do ativo circulante passou a classificar florestas também no realizável a longo prazo. Uma empresa argentina classifica as florestas que serão colhidas no exercício seguinte como 'estoques'.

Os resultados para subclassificação das florestas em pé são distintos daqueles de Budrionyte e Gaizauskas (2018), que constataram que essas florestas são constam, principalmente, como estoques (68,9%) ou como ativos imobilizados (29,31%), essa última defendida pelos autores. Conforme destacado na revisão da literatura, as florestas geram o produto agrícola (árvore cortada) uma única vez, preenchendo o conceito de ativo biológico consumível do item 44 da IAS 41 (IASB, 2009) e não atendem aos requisitos de imobilizado sob a IAS 16.

Nesse caso, mesmo que se classifique como ativo não circulante, as florestas teriam características de ativo consumível e, não, de ativo para produção, como indicaria a classificação no imobilizado. Isso está alinhado aos achados de Xie *et al.* (2019) e Tang *et al.* (2013), nas empresas chinesas, em que

identificaram florestas classificadas como ativos biológicos consumíveis no subgrupo de estoques das entidades ou em subgrupo específico denominado 'ativos biológicos'.

Ressalta-se que cinco empresas da amostra no primeiro período (quatro no segundo) ainda classificam as florestas no imobilizado, embora não se reconheça a depreciação. A classificação no imobilizado é constatada tanto para empresas brasileiras no segmento florestal quanto em outros segmentos. Essa escolha poderia se distanciar das normas IFRS, tendo em vista que as florestas não produzem periodicamente o produto agrícola (e. g., não são autorrenováveis) – mesmo aquelas das quais se extraem resina, que também não preenchem o requisito de plantas portadoras, por serem vendidas como produto agrícola (árvore cortada) ao final do ciclo (item 5c, IAS 41). Nesse caso, florestas que preenchem os requisitos de imobilizado são as não destinadas ao corte, que produzem frutos/produtos por mais de um período (e. g., árvores para uso das folhas ou extração de resina sem corte do caule), ou as florestas que permitem vários cortes (D. de L. Oliveira & Oliveira, 2019).

b) *Classificação do produto agrícola (Balanço Patrimonial)*. Mais da metade das empresas nos dois períodos não informou a classificação do produto agrícola no balanço ou apresenta informações que permitem concluir que elas não o classificam nessa demonstração. Embora as empresas possam não apresentar saldos desses produtos no Balanço Patrimonial, em função da produção verticalizada (uso na agroindústria), espera-se que divulguem a colheita ou variação do ativo e seu resultado na DRE por ocasião do corte. Não foram encontrados indícios dessa prática na maioria das empresas. Outras 10 empresas classificam o produto agrícola no subgrupo estoques, no primeiro período. No segundo exercício 11 empresas classificam o produto agrícola no balanço como estoques, mas 13 empresas continuam a prática de não classificar ou não informar a classificação.

Dentre as três empresas argentinas, uma classifica o produto agrícola em estoques no segundo período e as demais não informam em ambos os períodos. Cinco empresas brasileiras também classificam o produto agrícola como estoques no balanço e as outras 11 entidades não informam ou não apresentam o produto agrícola na demonstração nos dois exercícios. Todas as cinco empresas chilenas classificam o produto agrícola como estoques nos dois períodos.

A ausência de informações sobre a classificação do produto agrícola no Balanço Patrimonial pode ser derivada da prática contábil do não reconhecimento do produto agrícola de empresas verticalizadas (agroindústrias) que colhem o produto e o lançam diretamente no processo produtivo. Tal procedimento, à revelia do recomendado pela IAS 41, deixa de mensurar o produto agrícola no momento da colheita e a consequente apuração de ganhos ou perdas, reduzindo a relevância da informação contábil para os usuários externos (D. de L. Oliveira et al., 2020).

c) *Apresentação de ganhos e perdas a valor justo na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)*. Constata-se que há uma diversidade de formas de apresentação de ganhos e perdas da mensuração de ativos biológicos a valor justo na Demonstração de Resultado (Tabela 3) sugerindo baixa comparabilidade das demonstrações financeiras. Cerca de 1/5 das empresas

não informam em que rubrica reconhecem o ajuste na Demonstração de Resultado do Exercício.

Tabela 3

Apresentação de ganhos e perdas de florestas a valor justo na Demonstração de Resultado do Exercício.

Apresentação de ganhos e perdas	Período 1	%	Período 2	%
Receita de vendas	2	8,33%	2	8,33%
Custo de bens vendidos	5	20,83%	5	20,83%
Receitas/despesas operacionais	2	8,33%	2	8,33%
Outras receitas operacionais	6	25,00%	8	33,33%
Mensura ao custo	4	16,67%	2	8,33%
Não informa	5	20,83%	5	20,83%
Total	24	100,00%	24	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as empresas brasileiras e argentinas inexistiu padronização quanto à apresentação de ganhos e perdas na Demonstração de Resultado, estando presente todas as alternativas da Tabela 3. Contudo, as empresas chilenas tratam ganhos/perdas de forma padronizada, no subgrupo "Outras receitas operacionais" ('*Otros ingresos por función*').

Os resultados são corroborados por estudos anteriores no Brasil (2010-2012), que constataram que grande parte das empresas com ativos biológicos não informava a conta de resultado dos ganhos e perdas a valor justo. Aquelas que o faziam, evidenciavam a variação dentro do grupo 'Receita operacional', 'Custo do Produto Vendido', 'Outras receitas operacionais' (Figueira & Ribeiro, 2015; Salotti & Santos, 2015).

4. 4 Comparabilidade das escolhas contábeis

Em geral, as escolhas contábeis no *disclosure* e apresentação de ativos florestais são caracterizadas pela diversidade de opções entre as empresas, nos dois períodos analisados. A Tabela 4 sintetiza elementos de comparabilidade, por meio da uniformidade e consistência das escolhas. A demonstração pormenorizada, com a memória de cálculo da uniformidade e consistência da Tabela 4, consta no Apêndice G.

Para o cálculo da uniformidade, considerou-se a escolha predominante, que resulta em informação divulgada, ainda que não seja a que poder-se-ia considerar a mais adequada. Adotou-se a média simples dos percentuais de uniformidade, ainda que haja informação em subcategorias. A uniformidade é calculada a partir da escolha predominante entre as empresas, sendo o denominador o número de empresas. A consistência considera o número de práticas reiteradas de um período para o outro, a saber, considera o total de empresas e retira aquelas que alteraram a escolha do período um para o período dois.

Observa-se uma variação da uniformidade entre os períodos e o indicador de consistência, para cada escolha contábil (Tabela 4). Contudo, apesar do

elevado indicador de consistência e uniformidade de algumas escolhas contábeis, parcela significativa desse indicador está baseada na ausência de informação sobre ativos florestais ao longo do tempo. É o que ocorre com as escolhas de: informações sobre a mensuração, com poucas empresas que divulgam detalhes da avaliação das florestas (apesar do aumento na divulgação); sensibilidade da mensuração, em que poucas empresas divulgam a variação no valor justo de ativos quando se alteram premissas de avaliação; tipo de ativo – sem informações sobre a classificação dos ativos em consumíveis ou para produção; segregação dos ativos por maturidade, em que se constata ausência de informações sobre estágio das florestas (e. g., ativos maduros e imaturos) para a maioria das empresas; segregação por espécie, em que menos da metade das empresas apresenta informações financeiras por espécie; classificação do produto agrícola no balanço, constatado que mais da metade das empresas não classifica ou não informa explicitamente essa classificação.

Esse cenário da consistência – somado à diversidade de escolhas constatada entre as entidades ao longo do tempo e dos países – tende a comprometer a comparabilidade das informações financeiras em notas e das demonstrações contábeis, considerando que a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro prevê que a consistência antecede a comparabilidade (“consistência ajuda a atingir essa meta” [comparabilidade]) (IASB, 2018, item 2.26, p. 18). Adicionalmente, essa relação é confirmada na literatura, ao se constatar que a consistência se associa positivamente à comparabilidade da informação financeira (Kim, 2020).

No início da adoção da IAS 41, estudos teórico-empíricos avaliando *compliance* da norma sinalizavam que a reduzida conformidade de divulgação de informações úteis aos usuários seria explicada pelo nível de conhecimento incipiente de aplicação da norma, sendo natural um aumento de *compliance* em função do tempo e do aprendizado, surgindo divulgações relevantes aos diversos grupos de usuários (Barros et al., 2012; Talaska & Oliveira, 2016).

Tabela 4

Comparabilidade e consistência das escolhas de *disclosure* e apresentação de relatório financeiro de florestas ¹.

	Tipo de escolha contábil	1º período (2011)		2º período (2020)			% Consist ³	
		Escolha ²	Unif. ⁴	Alteraram a escolha ^{2...}	Mantiveram a escolha ^{2...}	Final		Unif. ⁴
Escolhas no <i>disclosure</i>	Informação sobre a base de mensuração subsequente?	Sim (21); não (3)	88%	De 'Ñ informa' (NI) p/ 'Informa' (2)	Sim (21); Não (1)	Sim (23), Não (1)	96%	92%
		VJ (17); Custo (4); NI a base (3)	71%	De NI p/ 'VJ' (2); De Custo p/VJ (2)	VJ (17); Custo (2); NI (1)	VJ (21); Custo (2); NI (1)	88%	83%
	Informações sobre a avaliação do ativo (valor justo)? Quais? ⁵	Sim (14); Não (3); Custo (4); NI a base (3)	58%	De Custo p/ Sim (2); de NI a base para Sim (2)	Sim (14); Não (3); Custo (2); NI a base (1)	Sim (18); Não (3); Custo (2); NI a base (1)	75%	83%
		Área (10); NI área (7)	42%	Passaram a informar a área (5)	Área (10); NI área (2)	Área (15); NI área (6)	63% ⁵	79% ⁶
		Taxa (8); NI taxa (9)	33%	Passaram a informar a taxa (8)	Taxa (8); NI a taxa (4)	Taxa (16); NI a taxa (5)	67%	67%
		Preço (4); NI preço (13)	17%	Passaram a informar o preço (3); deixaram de informar o preço (2)	Preço (2); NI o preço (13)	Preço (5); NI o preço (16)	21%	79%
	IMA (4); NI o IMA (13)	17%	Passaram a informar IMA (2); Deixou de informar IMA (1)	IMA (3); NI o IMA (13)	IMA (6); NI o IMA (15)	25%	88%	
	Conciliação do VJ no início e final do período?	Sim (17); não (3); Custo (4)	71%	De 'não' para 'sim' (2); de 'custo' para 'sim' (2)	Sim (17); não (1); custo (2)	Sim (21); não (1); Custo (2)	88%	83%
	Sensibilidade da mensuração a mudanças dados não observáveis? Quais? ⁵	Sim (2); Não (15); custo (4); NI a base (3)	8%	De NI a base p/ Sim (2); de Custo p/ Sim (2)	Sim (2); Não (15); Custo (2); NI a base (1)	Sim (6); Não (15); Custo (2); NI a base (1)	25%	83%
		Taxa (2); NI taxa (15)	8%	Passaram a informar a taxa (4)	Taxa (2)	Taxa (6); NI a taxa (15)	25%	83%
Preço (1); NI preço (16)		4%	Passaram a informar o preço (3)	Preço (1);	Preço (4); NI o preço (17)	17%	88%	
Margem (1); NI margem (16)		4%	Passaram a informar margem (1)	Margem (1)	Margem (2); NI a margem (19)	8%	96%	
Câmbio (1); NI câmbio (16)		4%	-	Câmbio (1)	Câmbio (1); NI o câmbio (20)	4%	100%	
Tipo de ativo biológico	Não informam (24)	0%	Sem alterações	Não informam (24)	Não informam (24)	0%	100%	
Separação ativos por maturidade?	Sim (3); não (21)	13%	Sem alterações	Sim (3); não (21)	Sim (3); não (21)	13%	100%	
Segregação ativo por espécie?	Sim (9); não (15)	38%	Sem alterações	Sim (9); não (15)	Sim (9); não (15)	38%	100%	

	Tipo de escolha contábil	1º período (2011)		2º período (2020)			% Consist ³	
		Escolha ²	Unif. ⁴	Alteraram a escolha ^{2...}	Mantiveram a escolha ^{2...}	Final		Unif. ⁴
Escolhas na apresentação	Classificação do ativo biológico (Balanço) ⁷	AC e AÑC (7); AÑC (16); AC (1)	29%	De AC para AÑC (1)	AC e AÑC (7); AÑC (16)	AC e AÑC (7); AÑC (17)	29%	96%
	Subclassificação do ativo biológico (Balanço) ⁸	- AÑC: Subgrupo AB (8); RLP (9); Imobilizado (5); Estoques (1).	71%	AÑC: de subgrupo AB para RLP (1); de Imobilizado para RLP (1) AC: de subgrupo AB para RLP (1)	- AÑC: Subgrupo AB (7); RLP (9); Imobilizado (4); Estoques (1). - AC: Estoques (1); Subgrupo AB (7)	- AÑC: Subgrupo AB (7); RLP (12); Imobilizado (4); Estoques (1). - AC: Estoques (1); Subgrupo AB (7)	79%	96%
		- AC: Estoques (1); Subgrupo AB (8)	38%				33%	
	Classificação do produto agrícola (Balanço)	Estoques (10); ñ informa (12); ñ classifica (2)	42%	De ñ informa para estoques (1)	Estoques (10); ñ informa (11); ñ classifica (2)	Estoques (11); ñ informa (11); ñ classifica (2)	46%	96%
	Apresentação do ajuste a valor justo (DRE) ⁹	RV (2); CPV (5); RO (2); OR (6); MC (4); ñ informa (5)	25%	De MC para ñ informa (2); RO para OR (1); de ñ informa para OR (1); de ñ informa para RO (1)	RV (2); CPV (5); RO (1); OR (6); MC (2); ñ informa (3)	RV (2); CPV (5); RO (2); OR (8); MC (2); ñ informa (5)	33%	79%

¹ N° de empresas entre parênteses. ² AC: Ativo Circulante; AÑC: Ativo não Circulante; AB: Ativo Biológico; RV: Receita Vendas; RO: Receita Operacional; OR: Outras Receitas; MC: Método de Custo; Consist: consistência (de um período a outro); Unif.: Uniformidade (entre empresas no período) – refere-se ao n° de empresas que fizeram a escolha predominante pelo total (ex. 21/24 = 88%, 17/21 = 81%). ³ Fórmula da consistência: N° de empresas total (e. g., 24) menos empresas que 'alteraram a escolha' no 2º período, dividido pelo n° de empresas (e. g., (24-2)/24 = 92%). ⁴ A uniformidade considera a prática predominante recomendada pelo padrão contábil entre as empresas (e. g., valor justo) dividido pelo total de práticas possíveis (e. g., 17/24 = 71%). ⁵ A uniformidade nas quatro escolhas deste tópico é medida pelo n° de empresas da prática principal recomendada (na coluna 'final') dividido pelo total de empresas (e. g., (15/24) = 63%). ⁶ A consistência é medida pelo n° de empresas (24) menos empresas que 'alteraram a escolha' dividido pelo total de empresas (e. g., (24-5)/24 = 79%). ⁷ A prática recomendada neste caso é reconhecer florestas no Ativo Circulante (as que serão colhidas no exercício seguinte) e no Ativo Não Circulante (colhidas após o exercício subsequente). ⁸ Considerou como prática recomendada pelo padrão contábil a classificação no Ativo Não Circulante: Subgrupo Ativos Biológicos, Realizável Longo Prazo e no Ativo Circulante: Estoques e Subgrupo Ativos biológicos. Uma empresa classifica florestas somente como estoques no ativo circulante no 1º período. ⁹ Considerou-se como melhor prática o reconhecimento do ajuste como Outras Receitas, conforme literatura revisada na seção 2.

Fonte: Dados da pesquisa.

Contudo, os resultados desta pesquisa são coerentes com a literatura no que se refere à ausência de crescimento na curva de aprendizado e à constatação de que inexistem melhorias significativas na evidência das informações mandatórias ao passar dos anos (Tortoli et al., 2018). As motivações para falta de divulgação e apresentação dos ativos parecem estar assentadas na falta de interesse em divulgar informações essenciais sobre a atividade que poderiam comprometer a estratégia empresarial (Machado et al., 2014), como previsto na Teoria da Agência, em que gestores divulgariam apenas informações que não afetam seus interesses (L. Y. (Colly) He et al., 2021).

Em aproximadamente dez anos de aplicação da IAS 41 nos países em análise, observa-se que a auditoria e todo o monitoramento do mercado não têm sido suficientes para evitar que haja falta de uniformidade na aplicação da norma (Ganassin et al., 2016) em relação a reconhecimento e mensuração de ativos biológicos, provavelmente porque os princípios são suficientemente amplos a ponto de a adoção de diferentes práticas estar em conformidade com a norma. Observa-se também o não compliance pleno com a norma internacional em termos de *disclosure* de informações (Monico et al., 2020; Talaska & Oliveira, 2016), provavelmente porque há maior tolerância ou menor enforcement em relação à não divulgação de informações em notas explicativas.

Há sinais de que além do nível de *enforcement*, o sistema legal e auditoria são algumas das variáveis que poderiam contribuir para a explicação desse cenário. Com base nos defensores dessa corrente, países com menor nível de *enforcement*, adotantes do *civil law* e com auditoria não *big four* (caso de algumas empresas da amostra) teriam informação contábil com menor confiabilidade e relevância (Liao et al., 2020; Xie et al., 2020). Parece persistir a indagação: “vale a pena a não divulgação em ambientes como este, diante da reduzida penalidade?”. Mecanismos de *enforcement*, de âmbito nacional, deveriam ser criados para elevar o nível de cumprimento da norma, a fim de proporcionar maior comparabilidade da informação entre empresas e ao longo dos anos.

O nível de conhecimento técnico para aplicação do padrão internacional a ativos muito específicos (D. de L. Oliveira et al., 2020) e o perfil dos preparadores de demonstrações contábeis (Cavalheiro, Gimenes, & Binotto, 2019) também são apresentados na literatura como variáveis potenciais, que tendem a explicar as práticas distintas entre empresas no tratamento contábil de ativos biológicos.

5 CONCLUSÕES

A pesquisa teve o objetivo de identificar as principais escolhas de *disclosure* e de apresentação dos relatórios financeiros, bem como analisar a comparabilidade em termos dessas escolhas contábeis. Para isso, foram selecionadas entidades que possuem ativos florestais em três países da América Latina e examinados dois períodos pós-adoção da IAS 41 (2011 e 2020). Cada conjunto de demonstração financeira teve seus dados coletados e analisado com base na metodologia de análise de conteúdo. Isso permitiu identificar as escolhas contábeis efetuadas em cada categoria sem a necessidade de realizar exames quantitativos com estimativa de *proxies* para comparabilidade.

A pesquisa partiu da premissa de identificar elevada comparabilidade das escolhas contábeis, em função da análise referente a um único tipo de ativo nas entidades examinadas. No entanto, a uniformidade encontrada nas escolhas se refere a ausência de divulgação da informação, o que significa perda de comparabilidade e refuta a premissa inicial. Além disso, observou-se que há diversidade de escolhas contábeis e, naquelas que foram divulgadas, falta de informações necessárias à comparabilidade e compreensão das escolhas contábeis realizadas pelos gestores.

Considerando que as demonstrações financeiras são auditadas (o que denota conformidade à norma contábil a princípio), a diversidade de escolhas contábeis de divulgação, entre períodos e entre empresas, significa uma amplitude de possibilidades de escolhas por parte do gestor e liberdade para o preparador exercer julgamentos. Além de significar menor uniformidade do que o esperado, é difícil supor que a utilização de todas essas escolhas se reflita em fidedignidade de representação.

Esses achados contribuem com a literatura sobre qualidade da informação ao avançar no exame da comparabilidade entre semelhantes. Observou-se que a métrica de consistência no tempo precisa separar o que representa melhoria da prática. Constatou-se também que uma norma baseada em princípios permite que os diferentes pareçam diferentes, mas pode permitir que os semelhantes não pareçam semelhantes e levar o usuário da informação contábil a erros de comparabilidade e prejudicar a tomada de decisão.

Há contribuição também para a literatura específica de ativos biológicos, por analisar a lacuna sobre comparabilidade do *disclosure* de ativos biológicos. O volume de informações ausentes e a diversidade de termos para expressar o mesmo evento sugere pouca preocupação do preparador das informações contábeis com as práticas e terminologias usadas no segmento, o que pode prejudicar a relevância da informação contábil. Tais achados demonstram haver a necessidade de ampliar a literatura sobre o tema ativos biológicos e comparabilidade das escolhas contábeis. Torna evidente a necessidade de maior discussão científica das normas aplicáveis a ativos biológicos, tendo em vista que a generalidade permitida pelas normas (e. g., IAS 41) possibilita diversidade de interpretação e de escolhas contábeis que prejudicam a comparabilidade.

No que se refere aos usuários externos da informação contábil, a presente pesquisa destaca as dificuldades que os mesmos encontram no momento da análise e seleção de investimentos no segmento agroflorestal. A diversidade de escolhas, termos e ausência de informações relevantes para o processo decisório demonstra a necessidade de maior atenção, domínio da terminologia e conhecimento das escolhas disponíveis aos gestores na fase de análise das demonstrações financeiras de empresas do segmento. Para os organismos de fiscalização e normatizadores da contabilidade destaca-se a necessidade de discutir o aperfeiçoamento das normas e regulações de modo aumentar a comparabilidade, sugerindo aos preparadores exemplos de termos e escolhas na tentativa de homogeneizar a diversidade de opções, permitindo que os semelhantes sejam analisados como semelhantes e os diferentes como diferentes.

Tais discussões podem suscitar o consenso entre as partes envolvidas e garantir maior confiabilidade e relevância da informação contábil neste segmento.

Possíveis causas dos achados na presente pesquisa podem ser objeto de verificação empírica em pesquisas futuras, já que não foram objeto desta. Em relação à variedade de escolhas, algumas causas podem ser investigadas adicionalmente, como a falta de *enforcement* da norma contábil e de outros mecanismos de governança, além das diferenças culturais entre países. Pesquisas futuras podem verificar se a divulgação de informações relevantes com menor transparência tem por objetivo encobrir escolhas com viés de gerenciamento de resultados. Em relação à consistência, é possível que haja efeito de curva de aprendizagem, com aprimoramento pelo crescente entendimento das necessidades dos usuários ou pela influência da prática de pares. Além disso, sugere-se que estudos futuros possam investigar os fatores que explicam as escolhas de *disclosure* e apresentação de relatório financeiro em segmentos específicos, comparando com o segmento agroflorestal. Ainda, poderiam ser investigados motivadores de cada escolha contábil, sua adequação à norma e a percepção do impacto da escolha, na perspectiva de preparadores das demonstrações (administração, contabilistas, *controllers*) em segmentos específicos.

REFERÊNCIAS

- Acuña, E., Pinto, A., Cancino, J., & Sandoval, S. (2020). Fair value of standing timber in the context of IAS 41 implementation: a case study with *pinus radiata*. *Ciencia Florestal*, 30(4), 1217–1229. <https://doi.org/10.5902/1980509824460>
- Almeida, N. S. de, & Lemes, S. (2019). Determinants of accounting choice: do CFOs' characteristics matter? *Management Research Review*, 43(2), 185–203. <https://doi.org/10.1108/MRR-02-2019-0076>
- Argilés-Bosch, J. M., Miarons, M., Garcia-Blandon, J., Benavente, C., & Ravenda, D. (2018). Usefulness of fair valuation of biological assets for cash flow prediction. *Revista Espanola de Financiacion y Contabilidad*, 47(2), 157–180. <https://doi.org/10.1080/02102412.2017.1389549>
- Argilés, J. M., Blandón, J. G., & Teresa, M. (2011). Fair value versus historical cost-based valuation for biological assets: predictability of financial information. *Revista de Contabilidad - Spanish Accounting Review*, 14(2), 87–113.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto (trans.)). Edições 70.
- Barros, C. D. C., De, S. J. V., Araújo, A. O., Silva, J. D. G. D., & Silva, M. C. D. (2012). O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ.*, 17(3), 41–59.

- Bohušová, H., Svoboda, P., & Nerudová, D. (2012). Biological assets reporting: Is the increase in value caused by the biological transformation revenue? *Agricultural Economics (Czech Republic)*, 58(11), 520–532.
- Bolsa de Santiago. (2021). *Bolsa de valores*. <https://www.bolsadesantiago.com>
- Botinha, R. A., & Lemes, S. (2017). Comparabilidade das escolhas contábeis em propriedades para investimentos de empresas listadas na BM&FBOVESPA e NYSE. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(1), 113–132. https://doi.org/10.21714/1984-3925_2017v20n1a7
- Budrionyte, R., & Gaizauskas, L. (2018). Historical cost vs fair value in forest accounting: the case of Lithuania. *Entrepreneurship and Sustainability Issues*, 6(1), 60–76.
- Cairns, D., Massoudi, D., Taplin, R., & Tarca, A. (2011). IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. *The British Accounting Review*, 43(1), 1–21. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.bar.2010.10.003>
- Carvalho, F. S. de, Paulo, E., Sales, I. C. H., & Ikuno, L. M. (2013). Ativos biológicos: evidenciação das empresas participantes do Ibovespa. *Custos e @gronegocio Online*, 9(3), 106–130.
- Cavalheiro, R. T., Gimenes, R. M. T., & Binotto, E. (2019). As escolhas contábeis na mensuração de ativos biológicos estão associadas ao perfil do profissional contábil? *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5(Especial), 118–132.
- Cavalheiro, R. T., Gimenes, R. M. T., Binotto, E., & Fietz, C. R. (2019). Fair value of biological assets: an interdisciplinary methodological proposal. *Revista de Administração Contemporânea*, 23(4), 543–563. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019180254>
- Colla, P. E. B., Klein, S. B., & Zanchet, A. (2019). Escolhas contábeis referentes a ativos intangíveis: uma categorização por intermédio do CPC 04. *XIII Congresso ANPCONT*.
- CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, (2011). http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/312_CPC_26_R1_rev13.pdf
- CVM. (2021). *Cias Abertas: Documentos: Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)*. http://dados.cvm.gov.br/dataset/cia_aberta-doc-ftp
- Ducati, E., Ferreira, L. F., & Araujo, A. R. M. de. (2019). Ativos biológicos: um estudo sobre a aplicabilidade do CPC 29 em sociedades cooperativas. *Custos e*

@gronegocio Online, 15(2), 439–464.

Economia, A. (2019). *Estas son las 500 Empresas más Grandes de Chile 2019*. <https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/estas-son-las-500-empresas-mas-grandes-de-chile-2019>

FAO. (2021). *FAO - Global Forest Resources Assessment. FRA 2020 - Data Export - Forest Extent, Characteristics and Changes*. <https://fra-data.fao.org/SA/fra2020/forestCharacteristics/>

Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1–3), 255–307. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00028-3](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00028-3)

Figueira, L. M., & Ribeiro, M. de S. (2015). Análise da evidenciação sobre a mensuração de ativos biológicos: antes e depois do CPC 29. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(26), 73–98. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n26p73>

Ganassin, E. J. F., Rodrigues, F. F., & Borges, T. J. G. (2016). Mensuração de ativos biológicos e a observância do IAS 41 na América do Sul. *Custos e @gronegocio Online*, 12(2), 333–351.

Giertlioiva, B., Dobsinska, Z., & Sulek, R. (2017). Comparison of the forest accounting system in Slovakia and IAS 41. *Austrian Journal of Forest Science*, 134(S1), 1–21.

Gonçalves, R., Lopes, P., & Craig, R. (2017). Value relevance of biological assets under IFRS. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 29, 118–126. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2017.10.001>

Grege-Staltmane, E. (2010). Challenges in accounting the forests - a Latvian case study. *Annals of Forest Research*, 53(1), 51–58.

Hadiyanto, A., Puspitasari, E., & Ghani, E. K. (2018). The effect of accounting methods on financial reporting quality. *International Journal of Law and Management*, 60(6), 1401–1411. <https://doi.org/10.1108/IJLMA-03-2017-0022>

He, L. (2020). Discount rate behaviour in fair value reporting. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 28, 1–4. <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2020.100386>

He, L. Y. (Colly), Wright, S., & Evans, E. (2021). The impact of managerial discretion on fair value information in the Australian agricultural sector. *Accounting and Finance*, 61(S1).

Herbohn, K., & Herbohn, J. (2006). International Accounting Standard (IAS) 41: what are the implications for reporting forest assets? *Small-Scale Forest*

Economics, Management and Policy, 5(2), 175–189.
<https://doi.org/10.1007/s11842-006-0009-1>

Huffman, A. (2018). Asset use and the relevance of fair value measurement: evidence from IAS 41. *Review of Accounting Studies*, 23(4), 1274–1314.
<https://doi.org/10.1007/s11142-018-9456-0>

IASB. (2009). *International Accounting Standard 41 - Agriculture* (p. 8). IASB.
http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ias41_en.pdf

IASB. (2018). *Conceptual Framework for Financial Reporting IFRS® Conceptual Framework* (I. A. S. B. (IASB) (ed.); Issue March). IASB.

IASB, I. A. S. B. (2013). *Exposure Draft and comment letters—Agriculture: Bearer Plants (Proposed amendments to IAS 16 and IAS 41)*.
<https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2014/agriculture-bearer-plants/exposure-draft-agriculture-bearer-plants/>

Iba, I. B. de Á. (2019). *Relatório 2019*.
<https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/iba-relatorioanual2019.pdf>

Investing.com. (2021). *Investing.com*. Argentina.
<https://br.investing.com/equities/argentina>

Kim, Y. S. (2020). The effect of consistency in accounting choices on financial statement comparability: Evidence from South Korea. *Global Business and Finance Review*, 25(3), 19–33. <https://doi.org/10.17549/gbfr.2020.25.3.19>

Lento, C., Bujaki, M., & Yeung, W. H. (2018). Auditing estimates in financial statements: a case study of a fish farm's biological asset. *Accounting Perspectives*, 17(3), 453–462. <https://doi.org/10.1111/1911-3838.12179>

Liao, L., Yao, D. (Troy), Kang, H., & Morris, R. D. (2020). The impact of legal efficacy on value relevance of the three-level fair value measurement hierarchy. *Pacific Basin Finance Journal*, 59(December 2019), 1–20.
<https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2019.101259>

Lourenço, I. C., Sarquis, R., Branco, M. C., & Magro, N. (2018). International Differences in Accounting Practices Under IFRS and the Influence of the US. *Australian Accounting Review*, 28(4), 468–481.
<https://doi.org/10.1111/avar.12207>

Macedo, V. M., Campagnoni, M., & Rover, S. (2015). Ativos biológicos nas companhias abertas no Brasil: conformidade com o CPC 29 e associação com características empresariais. *Revista Sociedade, Contabilidade e*

Gestão, 10(3), 7–24.

Machado, M. J. de C., Martins, E. A., & Carvalho, L. N. (2014). Reliability in fair value of assets without an active market. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 7(3), 319–338.

Maruli, S., & Farahmita, A. (2011). The analysis of application of fair value and historical cost approaches in the valuation of biological assets in the agricultural companies. *Asia Pacific Journal of Accounting and Finance*, 1(2), 133–149.

Monico, A. S., Silva, D. C. da, Arruda, A. G. S., & Lima, E. M. (2020). Análise do nível de conformidade dos ativos biológicos nas empresas de capital aberto. *Custos e @gronegocio Online*, 16(1), 222–249.

Nogueira, D. R., & Pires, P. A. da S. (2017). Nível de disclosure do CPC 29 Ativos Biológicos: análise dos fatores determinantes nas companhias brasileiras. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(1), 38–54.

Oliveira, D. de L., & Oliveira, G. D. (2019). *Contabilidade rural: uma abordagem do agronegócio dentro da porteira* (4th ed.). Juruá Editora.

Oliveira, D. de L., & Oliveira, G. D. (2020a). *CPCs em Questão: Contabilidade Societária Geral e Avançada - Volume 1*. Brazil Publishing.

Oliveira, D. de L., & Oliveira, G. D. (2020b). *CPCs em Questão: Contabilidade Societária Geral e Avançada - Volume 2*. Brazil Publishing.

Oliveira, D. de L., Scarmocin, L. F., & Silva, R. L. M. da. (2020). Contabilidade de ativos biológicos no Brasil: análise do campo de conhecimento uma década após a edição do CPC 29. *Revista Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ*, 25(3), 133–154.

Oliveira, J. da S., Azevedo, G. M. do C., Santos, C. da S. A., & Vasconcelos, S. C. S. (2015). Fair value: model proposal for the dairy sector. *Agricultural Finance Review*, 75(2), 230–252.

Ortiz, T. S. P., & Oliveira, D. de L. (2020). Reconhecimento e mensuração de plantas portadoras em florestas de pinus imaturas ao custo histórico. *Custos e @gronegocio Online*, 16(3), 214–247.

Pereira, R. Q., Moreira, L. V. M., Nasu, V. H., Flores, E., & Martins, E. (2020). Análise da utilidade da mensuração a valor justo dos ativos florestais sob a ótica de preparadores das demonstrações financeiras. *Custos e @gronegocio Online*, 16(1), 47–78.

- Pinto, M. J. T., Martins, V. A., & Da Silva, D. M. (2015). Escolhas contábeis: o caso brasileiro das Propriedades para Investimento. *Revista Contabilidade e Finanças*, 26(69), 274–289. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201512280>
- Rabassi, R. S., Aurora, B. N., Luis, R. W., Albuquerque, A. A. De, & Luis, R. W. (2020). Valoração de ativo biológico a valor justo: impactos na tomada de decisão em empresas agroindustriais. *Custos e @gronegocio on Line*, 16(1), 2–25.
- Raluca, S. (2014). Accounting for biological assets. *Revista Economică*, 66(5), 101–111.
- Salotti, B. M., & Santos, A. dos. (2015). Ativos biológicos na DVA: análise da divulgação no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), 14–23.
- Scherch, C. P., Nogueira, D. R., Olak, P. A., & Cruz, C. A. (2013). Nível de conformidade do CPC 29 nas empresas brasileiras: uma análise com as empresas de capital aberto. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 12(2), 459. <https://doi.org/10.18593/race.v12i2.4826>
- Silva, D. M. da, Martins, V. A., & Lemes, S. (2016). Escolhas contábeis: reflexões para a pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(29), 129–156.
- Silva, R. L. M., Figueira, L. M., Pereira, L. T. O. A., & Ribeiro, M. S. (2013). CPC 29: Uma análise dos requisitos de divulgação entre empresa de capital aberto e fechado do setor de agronegócios. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 8(1), 26–49.
- Stárová, M., Čermáková, H., Hlavsa, T., Vostrovská, H., & Levá, M. (2016). Evaluation of applicability of IAS 41 - Agriculture to the valuation of growing forest stands and their accounting treatment in the Czech Republic. *Journal of Forest Science*, 62(9), 429–440.
- Talaska, A., & Oliveira, D. de L. (2016). Nível de disclosure de ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA: análise pós-adoção do valor justo. *Revista de Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ (Online)*, 21(3), 22–39. <https://doi.org/10.12979/22942>
- Tang, Q., Gao, P., & Fu, G. (2013). Research on information disclosure of biological assets of agricultural listed company in China. *Interdisciplinary Journal of Contemporary Research in Business*, 4(11), 12–24.
- Theiss, V., Utzig, M. J. S., Varela, P. S., & Beuren, I. M. (2014). Práticas de divulgação dos ativos biológicos pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Recont: Registro Contábil*, 5(3), 41–58.
- Tortoli, J. P., Pires, P. A. da S., Botelho, D. R., & Rech, I. J. (2018). Divulgação de

ativos biológicos e concentração acionária nas empresas brasileiras do agronegócio. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 12(e144885), 1–18. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2018.144885>

Xie, B., Liu, M., Randhi, T. O., & Yi, Y. (2020). Is the biological assets measured by historical cost value-related? *Custos e @gronegocio Online*, 16(1), 122–150.

Xie, B., Wang, G., & Wang, S. (2019). Does biological assets affect the firms' cost of debt capital? evidence from chinese listed agriculture firms. *Custos e @gronegocio Online*, 15(2), 22–47.

Zinkeviciene, D., Stonciuviene, N., Juociuniene, D., & Jakusonoka, I. (2019). Depreciation of animals and economic return: case study. *Management Theory and Studies for Rural Business and Infrastructure Development*, 41(2), 213–227.

Apêndices – Análises adicionais

Apêndice A

Resultados por amostra: *inputs* da mensuração a valor justo.

<i>Parte I – Amostra completa</i>				
Premissas da mensuração	Período 1		Período 2	
	Empresas	%	Empresas	%
Taxa desconto	9	52,94%	16	76,19%
Área plantada (ha)	10	58,82%	16	76,19%
Preço madeira (\$/m ³)	4	23,53%	8	38,10%
IMA	4	23,53%	5	23,81%
Remun. ativos/terras	1	5,88%	2	9,52%
<i>Parte II – Amostra segmento florestal</i>				
Premissas da mensuração	Empresas	%	Empresas	%
Taxa desconto	6	35,29%	10	47,62%
Área plantada (ha)	6	35,29%	10	47,62%
Preço madeira (\$/m ³)	3	17,65%	5	23,81%
IMA	3	17,65%	3	14,29%
Remun. ativos/terras	0	0,00%	0	0,00%
<i>Parte III – Amostra de outros segmentos com florestas</i>				
Premissas da mensuração	Empresas	%	Empresas	%
Taxa desconto	3	17,65%	6	28,57%
Área plantada (ha)	4	23,53%	6	28,57%
Preço madeira (\$/m ³)	1	5,88%	3	14,29%
IMA	1	5,88%	2	9,52%
Remun. ativos/terras	1	5,88%	2	9,52%

Fonte: Dados da pesquisa.

Apêndice B

Resultados por amostra: conciliação do valor justo.

<i>Parte I – Amostra completa</i>				
Conciliam o valor justo?	Empresas	%	Empresas	%
Sim	16	94,12%	20	95,24%
Não	8	47,06%	4	19,05%
<i>Parte II – Amostra segmento florestal</i>				
Conciliam o valor justo?	Empresas	%	Empresas	%
Sim	12	70,59%	13	61,90%
Não	3	17,65%	2	9,52%
<i>Parte III – Amostra de outros segmentos com florestas</i>				
Conciliam o valor justo?	Empresas	%	Empresas	%
Sim	4	23,53%	7	33,33%
Não	5	29,41%	2	9,52%

Fonte: Dados da pesquisa.

Apêndice C

Resultados por amostra: sensibilidade do valor justo.

<i>Parte I – Amostra completa</i>				
Sensibilidade do valor justo	Período 1		Período 2	
	Empresas	%	Empresas	%
Taxa de desconto (% a.a.)	2	11,76%	6	28,57%
Preço da madeira (\$/m ³)	1	5,88%	4	19,05%
Margem (% lucro/preço)	1	5,88%	2	9,52%
Câmbio (e. g. R\$/US\$)	1	5,88%	1	4,76%
<i>Parte II – Amostra segmento florestal</i>				
Sensibilidade do valor justo	Empresas	%	Empresas	%
Taxa de desconto (% a.a.)	2	11,76%	5	23,81%
Preço da madeira (\$/m ³)	1	5,88%	3	14,29%
Margem (% lucro/preço)	1	5,88%	2	9,52%
Câmbio (e. g. R\$/US\$)	1	5,88%	1	4,76%
<i>Parte III – Amostra de outros segmentos com florestas</i>				
Sensibilidade do valor justo	Empresas	%	Empresas	%
Taxa de desconto (% a.a.)	0	0,00%	1	4,76%
Preço da madeira (\$/m ³)	0	0,00%	1	4,76%
Margem (% lucro/preço)	0	0,00%	0	0,00%
Câmbio (e. g. R\$/US\$)	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Apêndice D

Resultados por amostra: classificação do produto agrícola.

<i>Parte I – Amostra completa</i>				
Classificação do produto agrícola	Período 1		Período 2	
	Empresas	%	Empresas	%
Estoques	9	37,50%	10	41,67%
Estoques (toras e madeiras)	1	4,17%	1	4,17%
Não informa	12	50,00%	11	45,83%
Não classifica	2	8,33%	2	8,33%
<i>Parte II – Amostra segmento florestal</i>				
Classificação do produto agrícola	Empresas	%	Empresas	%
Estoques	7	29,17%	8	33,33%
Estoques (toras e madeiras)	1	4,17%	1	4,17%
Não informa	5	20,83%	4	16,67%
Não classifica	2	8,33%	2	8,33%
<i>Parte III – Amostra de outros segmentos com florestas</i>				
Classificação do produto agrícola	Empresas	%	Empresas	%
Estoques	2	8,33%	2	8,33%
Estoques (toras e madeiras)	0	0,00%	0	0,00%
Não informa	7	29,17%	7	29,17%
Não classifica	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Apêndice E

Resultados por amostra: classificação e subclassificação de florestas.

<i>Parte I – Amostra completa</i>					
Classificação	Período 1	Período 2	Subclassificação	Período 1	Período 2
Ativo circulante (somente)	1	0	<i>Ativo circulante</i>	8	7
Ativo não circulante	16	17	Estoques	1	1
Ativo circulante e não circulante	7	7	Subgrupo 'ativos biológicos'	7	6
			<i>Ativo não circulante</i>	23	24
			Estoques	1	1
			Subgrupo 'ativos biológicos'	8	7
			Realizável a longo prazo	9	12
			Imobilizado	5	4
<i>Parte II – Amostra segmento florestal</i>					
Classificação	Período 1	Período 2	Subclassificação	Período 1	Período 2
Ativo circulante (somente)	0	0	<i>Ativo circulante</i>	7	7
Ativo não circulante	8	8	Estoques	1	1
Ativo circulante e não circulante	7	7	Subgrupo 'ativos biológicos'	6	6
			<i>Ativo não circulante</i>	15	15
			Estoques	1	1
			Subgrupo 'ativos biológicos'	8	7
			Realizável a longo prazo	4	5
			Imobilizado	2	2
<i>Parte III – Amostra de outros segmentos com florestas</i>					
Classificação	Período 1	Período 2	Subclassificação	Período 1	Período 2
Ativo circulante (somente)	1	0	<i>Ativo circulante</i>	1	0
Ativo não circulante	8	9	Estoques	0	0
Ativo circulante e não circulante	0	0	Subgrupo 'ativos biológicos'	1	0
			<i>Ativo não circulante</i>	8	9
			Estoques	0	0
			Subgrupo 'ativos biológicos'	0	0
			Realizável a longo prazo	5	7
			Imobilizado	3	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Apêndice F

Resultados por amostra: classificação do ajuste a valor justo (DRE).

<i>Parte I – Amostra completa</i>				
Ganhos e perdas na DRE	Período 1		Período 2	
	Empresas	%	Empresas	%
Receita de vendas	2	8,33%	2	8,33%
Custo de bens vendidos	5	20,83%	5	20,83%
Receitas/despesas operacionais	2	8,33%	2	8,33%
Outras receitas operacionais	6	25,00%	8	33,33%
Mensura ao custo	4	16,67%	2	8,33%
Não informa	5	20,83%	5	20,83%
<i>Parte II – Amostra segmento florestal</i>				
Ganhos e perdas na DRE	Empresas	%	Empresas	%
Receita de vendas	1	4,17%	1	4,17%
Custo de bens vendidos	4	16,67%	4	16,67%
Receitas/despesas operacionais	2	8,33%	2	8,33%
Outras receitas operacionais	5	20,83%	6	25,00%
Mensura ao custo	2	8,33%	1	4,17%
Não informa	1	4,17%	1	4,17%
<i>Parte III – Amostra de outros segmentos com florestas</i>				
Ganhos e perdas na DRE	Empresas	%	Empresas	%
Receita de vendas	1	4,17%	1	4,17%
Custo de bens vendidos	1	4,17%	1	4,17%
Receitas/despesas operacionais	0	0,00%	0	0,00%
Outras receitas operacionais	1	4,17%	2	8,33%
Mensura ao custo	2	8,33%	1	4,17%
Não informa	4	16,67%	4	16,67%

Fonte: Dados da pesquisa.

Planilha de Contribuição dos Autores			
Contribuição	Deyvison de Lima Oliveira	Sílvio Hiroshi Nakao	Ilírio José Rech
1. Idealização e concepção do assunto e tema da pesquisa	X	X	
2. Definição do problema de pesquisa	X	X	
3. Desenvolvimento da Plataforma Teórica	X		
4. Delineamento da abordagem metodológica da pesquisa	X	X	X
5. Coleta de dados	X		
6. Análises e interpretações dos dados coletados	X	X	X
7. Conclusões da pesquisa	X	X	X
8. Revisão crítica do manuscrito	X	X	X
9. Redação final do manuscrito, conforme as normas estabelecidas pela Revista.	X	X	
10. Orientação		X	